

ALIMENTAÇÃO E DIREITOS NO SOL NASCENTE (DF)

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DE SSAN



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROJETO DE EXTENSÃO

ALIMENTAÇÃO E DIREITOS NO SOL NASCENTE (DF) DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DE SSAN



Brasília
Abril de 2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Alimentação e direitos no Sol Nascente (DF) [livro eletrônico] : diagnóstico participativo de SSAN / Beatriz Oliveira Blackman Machado...[et al.]. -- Brasília, DF : FIAN Brasil, 2026.
PDF

Outros autores: Lorrana Nascimento Grimes, Nayara Côrtes Rocha, Anelise Rizzolo, Caetana Juracy Rezende Silva, Paula Gabriela Chianca.
Bibliografia.
ISBN 978-65-88708-59-0

1. Alimentação 2. Direitos humanos 3. Nutrição
4. Segurança alimentar I. Machado, Beatriz Oliveira Blackman. II. Grimes, Lorrana Nascimento. III. Rocha, Nayara Côrtes. IV. Rizzolo, Anelise. V. Silva, Caetana Juracy Rezende. VI. Chianca, Paula Gabriela.

26-364712.1

CDD-361.050981

Índices para catálogo sistemático:

1. Segurança alimentar e nutricional : Bem-estar social 361.050981

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

COMO CITAR E REFERENCIAR ESTA PUBLICAÇÃO?

Sugestão (padrão ABNT)

Citação

(Machado; Grimes; Rocha; Rizzolo; Silva; Chianca, 2026)

ou

(Machado *et al.*, 2026)

Referência

MACHADO; GRIMES; ROCHA; RIZZOLO; SILVA; CHIANCA. **Alimentação e direitos no Sol Nascente (DF)**: diagnóstico participativo de SSAN. Brasília: FIAN Brasil, 2026. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/publicacao/alimentacao-e-direitos-no-sol-nascente-df>.

PUBLICAÇÃO

Autoras

Beatriz Oliveira Blackman Machado
Lorrana Nascimento Grimes
Nayara Côrtes Rocha
Anelise Rizzolo
Caetana Juracy Rezende Silva
Paula Gabriela Chianca (considerações finais e recomendações ao poder público)

Revisão técnica

Paula Gabriela Chianca
Adelar Cupsinski
Guadalupe Sátiro

Copidesque

Juliana Mello

Produção editorial

Pedro Biondi

Adaptação do projeto gráfico, capa e diagramação

Gabriel Hoewell
Monica Rodrigues
(Zaum Comunicação)

Projeto gráfico original

Coletivo PIU

Fotos

Equipe MultiplicaSSAN
Giullia Venus/FIAN Brasil (p. 38 e p. 63)

PESQUISA

Supervisão

Anelise Rizzolo

Coordenação

Beatriz Oliveira Blackman Machado
Caetana Juracy Rezende Silva
Lorrana Nascimento Grimes
Nayara Côrtes Rocha

Pesquisadores/as comunitários

Sirleide Araújo
Maria do Socorro Rodrigues
Jurailde Rodrigues
Marcílio Sales

Assistentes de pesquisa

Guilherme Ananias
Neusa Mathias
Pedro Lucas
Thaísa Bastos

Acompanhamento pela FIAN

Paula Gabriela Chianca

Alimentação e direitos no Sol Nascente (DF): diagnóstico participativo de

SSAN é uma iniciativa da FIAN Brasil em parceria com o coletivo MultiplicaSSAN e financiamento de Brot für die Welt (Pão Para o Mundo, PPM), Misereor e Global Health Advocacy Incubator (GHAi). Foi elaborado como parte de projeto de extensão da Universidade de Brasília (UnB).



FIAN BRASIL

CONSELHO DIRETOR (2024-2027)

Diretora presidenta

Mariza Rios

Diretora vice-presidenta

Norma Sueli Alberto

Diretora de Articulação

Míriam Villamil Balestro Floriano

Diretor de Formação

Irio Luiz Conti

Diretor financeiro

Lucas Prates

CONSELHO FISCAL (2024-2027)

Titulares

Jorge Alfredo Gimenez Peralta

Célia Varela Bezerra

Suplente

Sonia Lucia Lucena Sousa de Andrade

SECRETARIA EXECUTIVA

Secretário-geral

Adelar Cupsinski

Assessora de Políticas Públicas

Luana de Lima Cunha

Gerente administrativo-financeira

Josiane Antunes

Assessora de Alimentação Escolar

Débora Evellyn Olimpio

Assessores de Comunicação

Giullia Venus

Pedro Biondi

Yuri Simeon

Assessoras de Direitos Humanos

Luiza Aarestrup

Paula Gabriela Chianca

Assessora de Incidência Política

Maíra Miranda

Assessora contábil

Mary Gomes

Secretária administrativa

Hemilly Vitória Pacheco



MULTIPLICASSAN

Coordenadora-geral

Anelise Rizzolo

Coordenadora adjunta

Caetana Juracy Rezende Silva

Tutoras

Beatriz Oliveira Blackman Machado

Lorrana Nascimento Grimes

Nayara Côrtes Rocha

Estudante bolsista

Pedro Lucas Santos de Freitas

Estudantes voluntários

Guilherme Aparecido Ananias

Neusa Karoline França Mathias

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

- Aris** – Área de regularização de interesse social
- Caesb** – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
- Cedeca/DF** – Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal
- CLDF** – Câmara Legislativa do Distrito Federal
- Cras** – Centro de referência de assistência social
- DF** – Distrito Federal
- Dhana** – Direito humano à alimentação e à nutrição adequadas
- DP** – Diagnóstico participativo
- EcoSol** – Economia solidária do Sol Nascente
- EJA** – Educação de jovens e adultos
- ESF** – Estratégia Saúde da Família
- Fiocruz** – Fundação Oswaldo Cruz
- GDF** – Governo do Distrito Federal
- InSAN** – Insegurança alimentar e nutricional
- IPEDF** – Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal
- MTD** – Movimento dos Trabalhadores por Direitos
- MTST** – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
- ONG** – Organização não governamental
- PBF** – Programa Bolsa Família
- PL** – Projeto de lei
- PPBC** – Pesquisa participativa baseada na comunidade
- RA** – Região administrativa
- SAN** – Segurança alimentar e nutricional
- SbN** – Soluções baseadas na natureza
- Sesc** – Serviço Social do Comércio
- TJDFT** – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
- UBS** – Unidade básica de saúde
- UnB** – Universidade de Brasília
- UPA** – Unidade de pronto atendimento

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1.** Entidades participantes da Rede Sol
- Quadro 2.** Responsabilidades dos(as) pesquisadores(as) da comunidade
- Quadro 3.** Relação entre os domínios da PPBC e os objetivos do diagnóstico participativo na prática
- Quadro 4.** Relação entre estabelecimento, custo e acesso
- Quadro 5.** Síntese das frentes de incidência segundo a comunidade
- Quadro 6.** Quadro de parcerias da comunidade do Trecho 2 do Sol Nascente
- Quadro 7.** Comparativo de dinâmicas territoriais
- Quadro 8.** Implicações para políticas públicas

SUMÁRIO

10

13
17
19

INTRODUÇÃO

CONHECENDO O TERRITÓRIO
REVISÃO DA LITERATURA CIENTÍFICA
APROXIMAÇÃO COM AS COMUNIDADES

21

PERCURSO METODOLÓGICO

41

42
52

RESULTADOS E DISCUSSÃO

TRECHO 2 - COLETIVO CASA DE MARIA
TRECHO 3 - ECOSOL

61

67

CULMINÂNCIA

O ECOSISTEMA DE PARCERIAS COMUNITÁRIAS

73

75

SÍNTESE DOS RESULTADOS

VIOLAÇÕES DE DIREITOS

77

78
78

CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES - FIAN BRASIL

CONSIDERAÇÕES FINAIS
RECOMENDAÇÕES AO PODER PÚBLICO

84

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

88

SOBRE A FIAN BRASIL

91

APÊNDICES



INTRODUÇÃO

ESTE LIVRO É o material final do Diagnóstico Participativo sobre o Dhana no Sol Nascente. O processo que resultou nele deu continuidade à parceria entre a FIAN Brasil e o coletivo MultiplificaSSAN, do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição (OPSAN) da Universidade de Brasília (UnB) – e entre as duas organizações e grupos organizados desse setor habitacional, que faz parte da 32ª Região Administrativa (RA) do Distrito Federal (Sol Nascente/Pôr do Sol).

Com envolvimento direto de pesquisadoras oriundas da comunidade, lideranças locais e organizações do território, buscamos identificar as violações de direitos vivenciadas, mapear atores, instituições e formas organizativas presentes e dar-lhes suporte na incidência para transformar essa realidade.

Os dois setores (Sol Nascente e Pôr do Sol) pertenceram à RA de Ceilândia por 20 anos, passando a região administrativa em 2019. Segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, em 2022 eram 93.217 moradores/as, a maioria mulheres. Quanto à raça/cor, 67,9% da população se autodeclarava negra, e os principais estados de origem eram Piauí (20,7%), Maranhão (18,1%) e Bahia (15,3%).

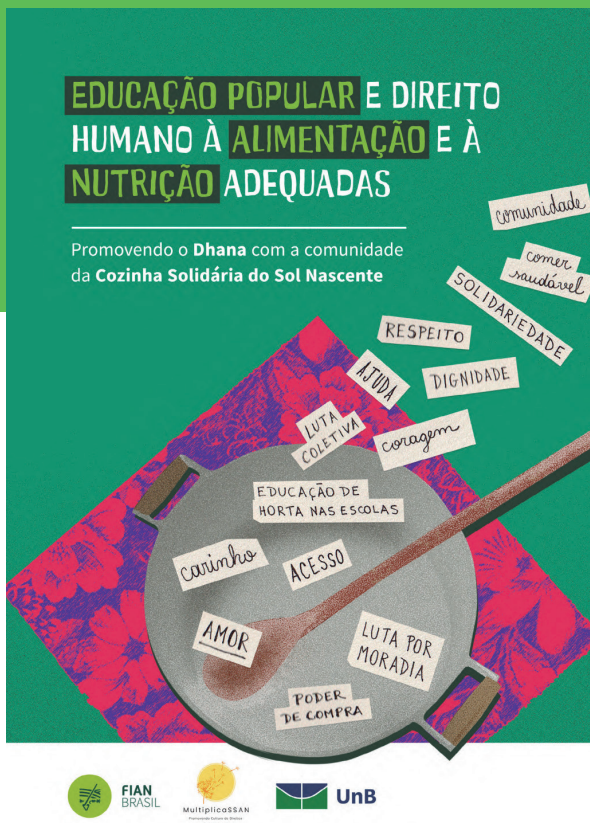
Enquanto 21,6% dos domicílios estavam em insegurança alimentar (IA) no Distrito Federal, na 32ª RA essa condição afetava praticamente metade dos lares. O relatório do Instituto de Pesquisa do Distrito Federal (IPEDF) não apresentou estratificação por sexo e/ou raça/cor para a região, mas dados de 2023 da pesquisa mostraram que, no DF, dos domicílios chefiados por mulheres negras, 31,9% estavam em insegurança alimentar, sendo 6,8% em insegurança grave. Entre os chefiados por mulheres não negras, 19,2% estavam nessa situação e 3,9% em insegurança grave (IPEDF, 2023). A negação desse direito atinge majoritariamente mulheres negras, desempregadas e de baixa renda.

Os estudos caracterizam o Sol Nascente/Pôr do Sol como um território no qual vulnerabilidades sociais, econômicas, urbanas, ambientais e simbólicas se sobrepõem. Um local em que as estratégias comunitárias e o protagonismo das mulheres se mostram centrais na garantia da sobrevivência cotidiana.

Em face disso, e das camadas adicionais de opressão que enfrentam, elas foram as principais participantes do diagnóstico.

TRÊS FORMAS DE CHAMAR, MESMO DIREITO FUNDAMENTAL

“Dhana” é sigla para **“direito humano à alimentação e à nutrição adequadas”**. A FIAN opta por esse termo para enfatizar a importância da dimensão nutricional, visando também politizar o campo da nutrição. No Brasil, a legislação posterior à Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan, de 2006) traz geralmente a expressão “alimentação adequada e saudável”, uma forma de convergir a nomenclatura advinda dos campos da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da Nutrição (Paiva *et al.*, 2019) e à qual corresponde o nome “direito humano à alimentação adequada e saudável (DHAAS)”. Em âmbito global, a denominação mais difundida é “direito humano à alimentação adequada (DHAA)”.



somar esforços no enfrentamento da fome e da insegurança alimentar e nutricional. O coletivo da UnB iniciou a imersão na Cozinha Solidária do Sol Nascente, fundada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) no Trecho 2. Entre outras atividades, foi realizado um mapeamento do perfil sociodemográfico das frequentadoras. No ano seguinte, a partir desse compartilhamento e do conteúdo do Curso Dhana da FIAN Brasil, foi realizado um curso de formação que resultou em **livro de educação popular** voltado a subsidiar outras associações.

Entender a fundo esse quadro é fundamental para qualquer incidência voltada à garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana). Essa realização começa na sua dimensão básica e emergencial, a de estar livre da fome, e trilha sua realização progressiva até sua plenitude, que consiste no acesso universal e permanente a alimentos adequados (seguros, em quantidade suficiente, nutritivos e produzidos e acessados de maneira sustentável e condizente com a dignidade humana, o modo de vida de cada povo e as necessidades individuais).

As atividades do diagnóstico ocorreram nos trechos 2 e 3 do Sol Nascente.

A relação de confiança construída com lideranças comunitárias remonta a 2022, quando o MultiplicaSSAN chegou ao território para

Conceitos e práticas do educador Paulo Freire (1921-1997) permeiam, novamente, este estudo, que se configura como qualitativo-exploratório com abordagem da pesquisa participativa baseada na comunidade (PPBC). Ela se caracteriza por um fazer com atores sociais que potencialize a cocriação e a valorização do conhecimento de cada parceira/o. Conjuga conhecimento e ação, apoiando-se no conceito de empoderamento e na participação social (Wallerstein, 2024).

Optamos, mais uma vez, por colocar como fundamento o ciclo da práxis, que representa a interação dinâmica entre a escuta, o diálogo e a ação, num processo de aprendizagem e da transformação social, em conjunto com a ideia de liberdade e autonomia conquistadas por meio da educação (Wallerstein, 2024).

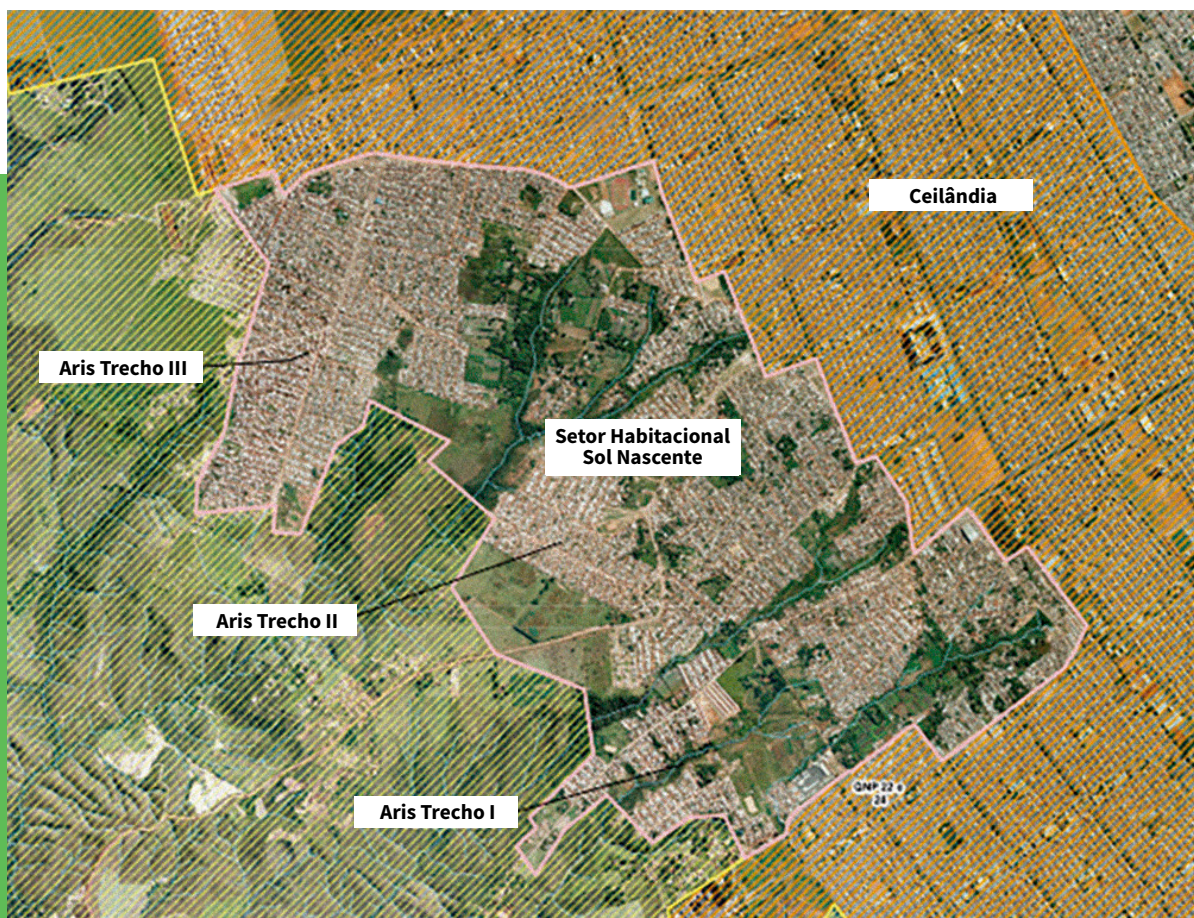
CONHECENDO O TERRITÓRIO

A **REGIÃO DO** Sol Nascente/Pôr do Sol, no Distrito Federal, é reconhecida como uma das maiores áreas urbanas periféricas da América Latina, sendo o Sol Nascente a segunda maior favela¹ em números de domicílios, segundo o Censo 2022 (IBGE, 2024). O território é marcado por profundas desigualdades socioespaciais e histórico de exclusão de políticas públicas, mas também, em contrapartida, por ricas formas de organização comunitária, resistência e solidariedade.

Segundo registros da Região Administrativa (RA) do Sol Nascente/Pôr do Sol, sua ocupação

foi iniciada em 1990, originalmente dividida em chácaras. Localiza-se próximo a uma área de conservação ambiental e de nascentes do Rio Melchior. O nome “Sol Nascente” tem dupla inspiração: o grupo de capoeira Sol Nascente, organizado em Ceilândia nos anos 1976 pelo Mestre Romeu, e a família japonesa que residia na área. Devido ao aumento exponencial de ocupações, em 2008 os setores do Sol Nascente e do Pôr do Sol foram reconhecidos como áreas de regularização de interesse social (Aris), pela Lei Complementar 785, instrumento de política urbana que promove a regularização fundiária

1. Segundo o IBGE, “as Favelas e Comunidades Urbanas são territórios populares originados das diversas estratégias utilizadas pela população para atender, geralmente de for outros), diante da insuficiência e inadequação das políticas públicas e investimentos privados dirigidos à garantia do direito à cidade.” Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/quadrogeografico/pdf/qg_2022_670_fcu.pdf



Fonte: Dicionário de Favelas Marielle Franco (Wikifavelas)



Fonte: Google Earth

e melhorias habitacionais para a população de baixa renda. Em 2019, a região foi estabelecida como uma RA por meio do Projeto de Lei 350, medida que visava descentralizar a administração, facilitar a gestão de serviços públicos e promover o desenvolvimento regional.

Atualmente, a região divide-se em quatro áreas: trechos 1, 2 e 3 e Pôr do Sol.

Apesar das iniciativas de regularização habitacional, até 2021 cerca de 91,5% dos domicílios ainda não tinham sido regularizados, o que configura um fator de risco para a garantia de direitos. Nesse contexto, o acompanhamento da região é essencial para identificar as necessidades e violações de direitos. Quanto aos fatores que influenciam a segurança alimentar e nutricional (SAN), a remuneração média do trabalho principal situa-se entre um e dois salários mínimos para 70,4% da região, de acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, do Instituto de Pesquisa do Distrito Federal (IPEDF), em 2022, faixa de renda que expõe a comunidade ao risco de insegurança alimentar e nutricional (InSAN) – condição confirmada no Sol

Nascente, onde 49,8% dos domicílios se encontram em algum nível de InSAN, e destes, 12,7% em insegurança alimentar grave (IPEDF, 2023).

Nesse contexto de precariedade habitacional, organizações como o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), o Movimento de Trabalhadores por Direitos (MTD), grupos voltados à economia solidária e associações de moradores exercem papel fundamental na promoção da solidariedade e organização das lutas por direitos no território. Os espaços das cozinhas solidárias do MTST e MTD, bem como a sede da associação Economia Solidária (EcoSol), são essenciais para essa organização e relacionam-se diretamente à luta pelo direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana), ainda que não o nomeiem dessa forma.

Atualmente, a RA conta com um restaurante comunitário, duas cozinhas solidárias (CS), três escolas de ensino fundamental (Escola Classe 66, Escola P Norte e Escola JK) e uma agência do trabalhador (AT). Na área da saúde, a população dispõe de unidades básicas de saúde (UBS), uma

unidade de pronto atendimento (UPA) e um hospital – originalmente criado para atendimentos a pacientes durante a pandemia de covid-19 e hoje utilizado para atendimentos gerais.

Quanto à organização sociocomunitária da região, em 2020 foi criada a Rede Sol, que reúne entidades mapeadas no trabalho de conclusão de curso de Pâmela Shayene Khan (2024).

LOCAIS DE ATENDIMENTO DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO DO SOL NASCENTE/PÔR DO SOL

ATENÇÃO PRIMÁRIA

- UBS 1 (EQNP 11/7, St. P)**
Funcionamento de segunda a sexta-feira, das **7h às 19h**; e sábado, das **7h às 12h**.
- UBS 15 (QNR 02 AE 12)**
Funcionamento de segunda a sexta-feira, das **7h às 19h**; e sábado, das **7h às 12h**.
- UBS 16 (Quadra 500 AE Trecho 1)**
Funcionamento de segunda a sexta-feira, das **7h às 19h**; e sábado, das **7h às 12h**.
- UBS 17 (EQNP 16/20 AE)**
Funcionamento de segunda a sexta-feira, das **7h às 19h**; e sábado, das **7h às 12h**.
- UBS 18 (QNO 17)**
Funcionamento de segunda a sexta-feira, das **7h às 17h**.

ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA

- UPA Ceilândia (Área Especial D, Via P1 Norte)**
Funcionamento **24h**
- Hospital Cidade do Sol (QNN 27)**
Atendimento somente de retaguarda e regulação

Quadro 1. Entidades participantes da Rede Sol

Organizações	Localização	Descrição das atividades
Casa da Natureza	Trecho 2	Focada em iniciativas ambientais e sustentabilidade.
Coletivo Cultural ElaFav	Trecho 3	Promove eventos e atividades culturais, com ênfase em diversidade.
Cozinha Popular do MTD	Trecho 3	Oferece alimentação a pessoas em situação de vulnerabilidade.
Cozinha Solidária do MTST	Trecho 2	Combate a insegurança alimentar, ligada ao movimento de trabalhadores sem-teto.
Economia Solidária	Trecho 3	Incentiva práticas de economia colaborativa e sustentável.
Federação Habitacional do Sol Nascente (Fehsolna)	Trecho 2	Atua como agente do terceiro setor e promove o acesso a políticas públicas, fomentando o desenvolvimento social na comunidade; estimula o empreendedorismo comunitário, como no ensino profissional de corte e costura.
Instituto Acolher	Pôr do Sol	Oferece suporte e acolhimento a famílias em situação de risco.
Instituto Carinho	Ceilândia	Foca no apoio à primeira infância e educação infantil.
Instituto Comunitário de Preservação à Vida	Trecho 2	Atua em defesa da vida e contra a violência na comunidade.
Instituto Creche Pingo de Ouro	Trecho 3	Oferece cuidados e educação a crianças em idade pré-escolar.
Instituto Despertar da Sabedoria	Trecho 3	Oferece programas educacionais e de desenvolvimento pessoal.
Instituto Filhas da Terra	Ceilândia	Promove atividades de cooperação com o meio ambiente.
Instituto Jovem de Expressão	Ceilândia	Atua com a juventude em áreas de cultura, esporte e educação.
Instituto Mãos Amigas	Trecho 2	Oferece apoio comunitário e social, com foco em solidariedade.
Instituto Mãos Solidárias	Trecho 3	Promove ações de solidariedade e suporte comunitário.
Instituto Meninos do Pôr do Sol	Pôr do Sol	Focado na educação e inclusão de crianças e adolescentes.
Associação Sol Nascente de Assistência e Apoio à Criança e ao Adolescente Crescente	Trecho 2	Oferece assistência a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.
Instituição Amigos da Paz	Taguatinga	Promoção da não violência e ações comunitárias em áreas carentes.

Fonte: Khan (2024)

APROXIMAÇÃO COM AS COMUNIDADES

UMA REVISÃO NARRATIVA de literatura científica produzida entre 2014 e 2025 foi realizada a partir da base Google Scholar, com uso de combinações de descritores relacionados ao território e a seus principais eixos temáticos (ex.: “Sol Nascente”, “Pôr do Sol”, “Ceilândia”, “Distrito Federal”, “vulnerabilidade social”, “moradia”, “insegurança alimentar”, “cozinha solidária”, “políticas públicas”). Foi excluída literatura cinzenta.

A busca teve como pergunta-chave “O que se tem estudado sobre Sol Nascente/Pôr do Sol (DF)?” e permitiu caracterizar a região como um território marcado por vulnerabilidades sociais, urbanas, ambientais e institucionais. Sua configuração resulta de processos históricos de ocupação, ausência de infraestrutura e respostas públicas insuficientes. Os estudos consultados dialogam entre si ao abordar diferentes dimensões dessa realidade, compondo um quadro integrado do território. O quadro-síntese dos artigos pode ser verificado no apêndice 8.

TRABALHO, GÊNERO E CUIDADO

Os estudos de Moreira, Perrini e Ribeiro (2016) e de Madruga, Machado e Oliveira (2024) convergem ao evidenciar a centralidade das mulheres na reprodução da vida cotidiana no Sol Nascente/Pôr do Sol. O primeiro analisa as experiências de mulheres e mães diante do desemprego e da precarização do trabalho, associadas à ausência de políticas de cuidado (especialmente creches), revelando uma realidade pouco assistida pelos serviços públicos. O segundo, ao caracterizar o perfil dos usuários da cozinha solidária, demonstra que a insegurança alimentar atinge majoritariamente mulheres negras, desempregadas e de baixa renda, reforçando a sobreposição entre gênero, raça e precariedade socioeconômica. Em conjunto, os estudos revelam como o trabalho reprodutivo e o cuidado permanecem invisibilizados, ao mesmo tempo que estruturam as estratégias de sobrevivência no território

SAÚDE

A dimensão da saúde é explorada por Carvalho *et al.* (2020), que analisam a procura por serviços de urgência obstétrica por gestantes do Sol Nascente/Pôr do Sol. O estudo evidencia elevada demanda por atendimentos fora do momento do parto, sobretudo em condições evitáveis, indicando fragilidades no acompanhamento pré-natal e na resolutividade da atenção primária à saúde, mesmo em áreas cobertas pela Estratégia Saúde da Família (ESF), focados na prevenção e no cuidado contínuo de famílias como forma de reduzir internações e melhorar indicadores de saúde. Esses achados dialogam com os estudos sobre trabalho e renda ao indicar como condições sociais adversas se expressam também no uso intensivo de serviços de saúde de maior complexidade.

VULNERABILIDADE SOCIAL E DESIGUALDADES TERRITORIAIS

A análise estrutural do território é aprofundada por Silva, Santana da Silva e Dias Rolim (2022), que utilizam o Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal para demonstrar que o Sol Nascente/Pôr do Sol apresenta níveis de vulnerabilidade significativamente superiores às médias distritais. O estudo evidencia a relação entre localização periférica, ausência histórica de infraestrutura e maior exposição a situações de vulnerabilidade social, fornecendo base empírica que contextualiza os achados dos estudos setoriais sobre trabalho, saúde e alimentação.

INFRAESTRUTURA URBANA, MEIO AMBIENTE E RISCOS SOCIOAMBIENTAIS

A dimensão urbano-ambiental é abordada por Nascimento, Iop e Ferreira (2021), Ferreira *et al.* (2025) e Barbosa *et al.* (2025). Os autores do primeiro estudo evidenciam a carência de equipamentos públicos de cultura, educação e lazer, apontando impactos negativos sobre o desenvolvimento humano e o direito à cidade. Ferreira *et al.* (2025) aprofundam essa análise ao discutir como a ausência de infraestrutura básica (drenagem, saneamento e áreas verdes) intensifica riscos climáticos e problemas de saúde, ao mesmo tempo em que destacam iniciativas comunitárias inspiradas em soluções baseadas na natureza (SbNs). Já Barbosa *et al.* (2025) analisam a tensão entre urbanização informal e preservação ambiental, demonstrando como o crescimento desordenado ameaça áreas de conservação e amplia riscos ambientais, e apontam o papel da participação comunitária na proteção desses territórios.

RACISMO AMBIENTAL E ESTIGMATIZAÇÃO TERRITORIAL

Azevedo (2023) introduz a dimensão simbólica e comunicacional da desigualdade territorial, analisando como o racismo ambiental associado ao Sol Nascente/Pôr do Sol se manifesta no ambiente digital, em contraste com regiões de maior renda, como o Lago Sul. O estudo evidencia como estigmas territoriais e discursos racistas reforçam desigualdades materiais já existentes, ampliando processos de marginalização social e ambiental.

Em conjunto, os estudos mencionados caracterizam o Sol Nascente/Pôr do Sol como um território onde vulnerabilidades sociais, econômicas, urbanas, ambientais e simbólicas se sobrepõem. A literatura consultada revela um padrão recorrente de ausência ou insuficiência de políticas públicas estruturantes, ao mesmo tempo que evidencia a centralidade

das estratégias comunitárias e do protagonismo das mulheres na garantia da sobrevivência cotidiana. Essa produção científica permite compreender o Sol Nascente/Pôr do Sol não como um espaço homogêneo de carência, mas como um território complexo, marcado por desigualdades estruturais e por formas ativas de organização social

APROXIMAÇÃO COM AS COMUNIDADES

APRESENTAREMOS A SEGUIR um breve contexto do processo de aproximação com as comunidades envolvidas no diagnóstico: o Coletivo Casa de Maria, no Trecho 2, e a EcoSol, no Trecho 3, ambos no Sol Nascente.

Em 2022, o Coletivo MultiplicaSSAN chegou ao Trecho 2 do Sol Nascente vinculado à Cozinha Solidária do MTST, e, junto com as trabalhadoras e a coordenação do movimento, promoveu o mapeamento sociodemográfico das frequentadoras da cozinha. Em 2023, a partir da vivência constante junto às cozinheiras, o coletivo realizou o curso de formação em Dhana com as mulheres da comunidade, além de apoiar as atividades de reforço escolar e os mutirões da horta comunitária. No entanto, em 2024, as trabalhadoras com as quais o coletivo mantinha vínculo se desligaram do movimento e da cozinha solidária e, junto com outros coletivos, fundaram em 2025 o Coletivo Casa de Maria no mesmo território. Desse modo, no Trecho 2, as atividades ocorreram junto a esse coletivo, que embora recentemente formado, preserva uma relação de confiança com a comunidade e com o MultiplicaSSAN.

Já no Trecho 3, a aproximação ocorreu no âmbito deste diagnóstico, mediada por uma das representantes do Coletivo Casa de Maria, que indicou e compartilhou o contato da liderança da EcoSol. A entidade foi fundada em 2005, juntamente com um professor da Universidade de Brasília (UnB), e, segundo seu presidente, é a primeira organização da sociedade civil no Sol Nascente. Em setembro de 2025, uma das coordenadoras do MultiplicaSSAN participou de uma atividade na EcoSol e apresentou a proposta de diagnóstico ao presidente, que aceitou participar. Assim, a relação entre o MultiplicaSSAN e a EcoSol iniciou-se com a realização deste diagnóstico.

Importa destacar que, após inúmeras tentativas de contato, não foi possível incluir neste diagnóstico a cozinha popular vinculada ao MTD, localizada no Trecho 3.

As dinâmicas locais produzem diversas formas de organização em torno da promoção e da luta por direitos e por uma alimentação adequada, com ênfase na autonomia e na solidariedade entre as mulheres. Lideranças que transitam por esses movimentos e que são próximas ao MultiplicaSSAN foram fundamentais para a realização das atividades nos territórios. Graças a essa articulação, foram realizadas, no âmbito deste projeto, duas oficinas de formação de pesquisadoras comunitárias, três atividades da pesquisa diagnóstica propriamente dita e conversas informais entre participantes e pesquisadoras. Iniciou-se, assim, um processo de aproximação e reconhecimento entre o grupo de pesquisa e as mulheres da comunidade, bem como o levantamento do contexto geral com foco no direito à alimentação nos trechos 2 e 3 do Sol Nascente.

A primeira atividade na comunidade ocorreu na EcoSol (Trecho 3), em 26 de setembro de 2025, com a construção de dois Rios da Vida da Alimentação para compreender a história da comunidade e sua relação com a comida e com direitos. Em 4 de outubro de 2025, a equipe reuniu-se em roda de conversa na sede do Coletivo Casa de Maria (Trecho 2), onde a comunidade dialogou sobre as dificuldades para acessar uma alimentação adequada. Outro encontro foi realizado na sede da EcoSol em 16 de dezembro de 2025, para mapear as parcerias no território. Por fim, em 10 de janeiro de 2026, reunimos mulheres das duas comunidades para validar os resultados e análises até então formulados pela equipe e definir sobre as ações prioritárias para incidência política voltadas à garantia do Dhana.

OBJETIVOS

Considerando o objetivo geral do projeto em curso – “Realizar atividades de pesquisa, sistematização e diagnóstico participativo com foco no Dhana, nos trechos 2 e 3 do Sol Nascente, com ênfase nos grupos organizados em torno das cozinhas solidárias” –, este relatório responde aos seguintes objetivos específicos:

- 1** Identificar as violações de direitos vivenciadas pela comunidade, em especial do Dhana;
- 2** Mapear atores, instituições e formas organizativas presentes no território que possam ser acionadas na luta pela efetivação de direitos;
- 3** Levantar a percepção da comunidade sobre seus direitos, especialmente o Dhana;
- 4** Documentar casos específicos de violações do Dhana;
- 5** Elaborar um relatório com sistematização dos dados coletados, incluindo os referentes à situação de (in)segurança alimentar e nutricional, acesso a políticas públicas e recomendações para o poder público e organizações parceiras.

O presente relatório é o produto final do termo de referência para contratação de consultoria – Diagnóstico Participativo sobre o Dhana no Sol Nascente.

A partir do trabalho do Coletivo MultiplicaSSAN, as ações desenvolvidas articularam-se a os coletivos Casa de Maria e Economia Solidária (Eco-Sol), presentes respectivamente nos trechos 2 e 3, contando com o fomento e o apoio institucional da FIAN Brasil.

O documento está estruturado a partir dos tópicos a seguir.

- Apresentação do processo metodológico, bases teóricas, planejamento e realização;
- Sistematização das especificidades e análises das percepções de cada Trecho, em seções separadas;
- Apresentação das análises dos resultados gerais, envolvendo ambos os territórios.

Ao final, são apresentadas as necessidades e violações de direitos identificadas pelas comunidades, bem como a priorização de temas para incidência política e acompanhamento dos casos de ambas as comunidades.

O **DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO (DP)** foi realizado com base na abordagem da pesquisa participativa baseada na comunidade (PPBC). Essa metodologia foi escolhida com a intenção de romper com a dicotomia pesquisador-pesquisado e sujeito-objeto e investir em uma “política de participação”, sensível às realidades e demandas sociais, com vistas à transformação social que valoriza os saberes locais e a construção coletiva do conhecimento (Frutuoso *et al.*, 2022). A PPBC tem como princípio que as pessoas envolvidas são protagonistas do processo investigativo e contribuem ativamente na produção dos dados e na análise das realidades vividas.

O quadro nas páginas 24 e 25 apresenta o modelo teórico-conceitual da PPBC, no qual os quatro domínios dialogam entre si e são correlacionados ao longo do tempo, a depender da continuidade dos projetos coletivos firmados com a comunidade. Apesar de possuir um modelo teórico, a PPBC não define método ou técnica específica e segue muitos dos pressupostos da pedagogia crítica freiriana

e de pensadores como Fals Borda, ao incorporar a “produção de um diálogo libertador, compromisso com a produção coletiva e contextualizada do conhecimento, fomento da capacidade de reflexão e autonomia dos envolvidos no processo de pesquisa”. Outro elemento marcante dessa abordagem é a inclusão de pesquisadores(as) da comunidade, com o objetivo de equilibrar as relações de poder entre membros da academia e da comunidade, dividindo as responsabilidades inerentes à realização de uma pesquisa ou projeto.

A partir desse modelo, as etapas do diagnóstico participativo foram planejadas em duas fases: “pré-campo”, na qual foram organizados a formação das pesquisadoras da comunidade e os fios lógicos dos primeiros encontros nos territórios, e “campo”, que compreende os encontros na comunidade.

Considerando a proposta metodológica da PPBC e buscando promover a participação social ao longo do estudo, abrimos quatro vagas





para pesquisadoras² da comunidade. Solicitamos a uma das lideranças do território no Trecho 2 que indicasse outras três pessoas que pudessem contribuir para o processo de pesquisa e diagnóstico. Os critérios para indicação foram: envolvimento com a comunidade, capacidade de mobilização no território e interesse pela atividade de pesquisa. Dessa forma, o grupo de pesquisadores da comunidade contou com quatro integrantes bolsistas: três mulheres negras, vinculadas ao Trecho 2, e um homem negro no Trecho 3.

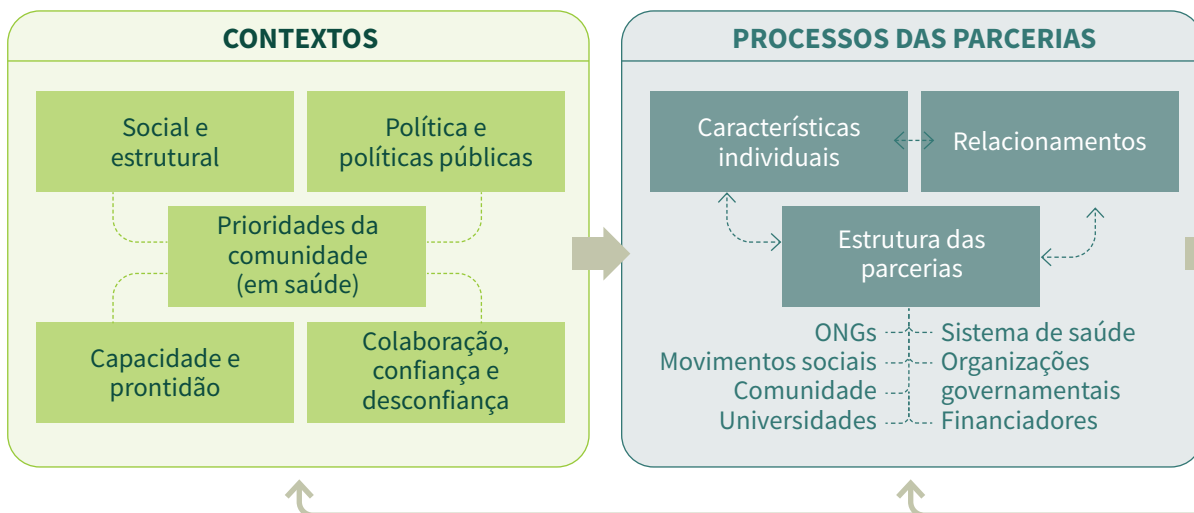
Na etapa “pré-campo”, realizamos uma formação com dois encontros sobre a temática de SAN, além de um pré-teste da metodologia do Rio da Vida, que seria aplicada junto às mulheres do Trecho 3, com a participação de integrantes do MultiplicaSSAN e das pesquisadoras da comunidade (apêndices 1 e 2). Nesses encontros, foram apresentados e discutidos os principais objetivos e etapas do diagnóstico, bem como

os conceitos e princípios-chave para uma investigação participativa sobre o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana).

Mais do que compartilhar conteúdos de forma dialogada com as pesquisadoras da comunidade, os encontros foram importantes para a integração do grupo, o alinhamento de entendimentos e o ajuste de expectativas e percepções sobre o plano de trabalho. As pesquisadoras da comunidade compartilharam conhecimentos sobre pesquisa comunitária e sobre as dinâmicas dos territórios, que auxiliaram na elaboração das programações dos encontros. Também foi definido o calendário dos primeiros encontros nos territórios. Antes dos encontros de formação, a equipe do MultiplicaSSAN sistematizou as funções e responsabilidades das pesquisadoras da comunidade, conforme apresentado no quadro 2, as quais foram compartilhadas e acordadas com as pesquisadoras durante um dos encontros de formação.

2. A escolha pelo uso do termo no gênero feminino tem como objetivo chamar a atenção para o fato de a maioria das pesquisadoras serem mulheres, ainda que essa flexão de gênero não seja usada em todo o texto.

CBPR - PESQUISA-AÇÃO PARTICIPATIVA COM GRUPOS SOCIAIS/COMUNIDADES



CONTEXTOS

Social e estrutural

- Status socioeconômico
- Localidade
- História
- Meio ambiente
- Segurança da comunidade
- Racismo institucional
- Cultura
- Papel das instituições de ensino e de pesquisa

Política e políticas públicas

- Governança nacional e local
- Aprovação de pesquisa
- Tendências do financiamento

Prioridades da comunidade (em saúde)

- Gravidade percebida

Colaboração

- Grau histórico de confiança e desconfiança entre parceiros

Capacidade

- Histórico da advocacia comunitária, capacidade da universidade e da parceria

DINÂMICAS DAS PARCERIAS

Dinâmica estrutural

- Diversidade
- Complexidade
- Acordos formais
- Controle dos recursos
- % dinheiro para comunidade
- Princípios CBPR
- Valores da parceria
- Conectando capital social
- Tempo de parceria

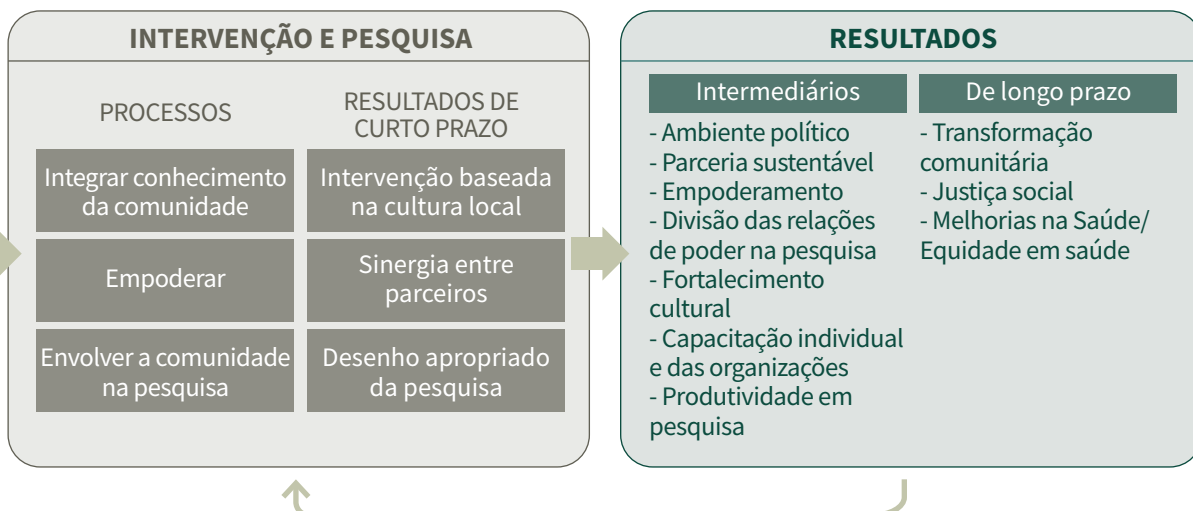
Dinâmica individual

- Motivação para participação
- Identidade cultural
- Humildade
- Crenças pessoais/valores
- Espiritualidade
- Reputação do pesquisador

Dinâmica relacional

- Segurança/respeito/confiança
- Influência/voz da comunidade
- Flexibilidade
- Diálogo e escuta
- Aprendizado conjunto
- Gestão de conflitos
- Liderança
- Reflexão individual e coletiva
- Gerenciamento de recursos
- Tomada de decisão participativa
- Divisão dos papéis
- Comunicação em grupo

Compromisso com o empoderamento coletivo



INTERVENÇÃO E PESQUISA

- Processos que honram o conhecimento da comunidade, sua cultura e sua voz, conectados com contextos locais
- Uso da linguagem acadêmica e comunitária que leva a intervenções embasadas na cultura
- Processos de empoderamento com aprendizado conjunto que levam a sinergia entre os parceiros
- Membros da comunidade envolvidos em atividades de pesquisa que levam ao desenho da pesquisa/avaliação que reflita as prioridades da comunidade
- Pesquisa bidirecional, implementação e disseminação

RESULTADOS

Intermediários: sistemas e capacidades

- Ambiente das políticas públicas: mudanças nas universidades e comunidades
- Parcerias e projetos sustentáveis
- Empoderamento multiníveis
- Relação da divisão de poderes em pesquisa
- Democracia do conhecimento
- Fortalecimento e revitalização cultural
- Crescimento de parceiros e redes sociais
- Aumento da capacitação individual e das organizações
- Produtividade em pesquisa: resultados, publicações, concessão de verbas, premiações

De longo prazo: justiça social e saúde

- Transformação social/da comunidade: políticas e condições
- Melhorias na saúde/equidade da saúde

Adaptado de Wallerstein *et al.* (2008; 2018)

cpr.unm.edu/research-projects/cbpr-project/cbpr-model.html

Fonte: Center for Participatory Research (CPR), University of New Mexico. CBPR Model

Quadro 2. Responsabilidades dos(as) pesquisadores(as) da comunidade

Responsabilidades

Contribuir, a partir do olhar dos territórios, para que os momentos e instrumentos de pesquisa sejam compreensíveis, adequados e eficientes ao que é proposto.

Identificar e convidar as pessoas-chave para participar do diagnóstico, em diálogo e acordo com toda a equipe.

Articular-se com lideranças e pessoas-chave para a realização de entrevistas e conversas entre os momentos das oficinas.

Apoiar e colaborar no desenvolvimento das atividades nos encontros.

Participar das conversas e entrevistas, colaborando com seu olhar para as perguntas e questões que se deseja compreender melhor.

Apoiar a interpretação e a análise dos resultados.

Contribuir para o aprimoramento dos produtos a serem entregues.

Apoiar ou conduzir de momentos de devolutiva dos resultados do diagnóstico na comunidade.

Fonte: Elaboração própria

Após os encontros de formação, passamos à etapa de campo, na qual realizamos quatro encontros: dois no Trecho 3, na sede da EcoSol (setembro e dezembro de 2025); um no Trecho 2, na sede do Coletivo Casa de Maria (outubro de 2025); e o último no Polo de Extensão da UnB (Universidade de Brasília, no Centro de Ceilândia, reunindo ambas as comunidades (janeiro de 2026).

Devido ao vínculo recente com o MultiplicaSSAN, optamos por realizar um encontro a mais no Trecho 3, uma vez que as parcerias da comunidade do Trecho 2 já haviam sido mapeadas anteriormente por uma pesquisadora da equipe. Assim, os encontros no Trecho 3 tiveram o propósito de construir um vínculo além da compreensão do contexto da comunidade. Já no Trecho 2, o objetivo foi fortalecer os vínculos já existentes e aprofundar o entendimento das percepções das mulheres sobre seus direitos. Por fim, o último encontro buscou validar os resultados e as análises com as duas comunidades e definir prioridades para temas de incidência política.

A participação nos encontros deu-se por meio da mobilização das pesquisadoras da comunidade, com dinâmicas distintas em cada terri-

tório. No Trecho 3, o pesquisador responsável pela EcoSol solicitou um *flyer* digital para ser enviado a grupos de mulheres em aplicativos de mensagens. Já no Trecho 2, as pesquisadoras da comunidade convidaram pessoalmente as mulheres que já haviam participado de outras atividades e estavam mais engajadas nas questões comunitárias, embora também tivessem acesso ao *flyer*.

No último encontro, que reuniu ambas as comunidades, as pesquisadoras e o pesquisador da comunidade, além de enviarem o convite por aplicativos de mensagens, reforçaram-no pessoalmente no dia anterior e compartilharam com a equipe do MultiplicaSSAN uma lista de nomes com confirmação de presença. Como esse encontro foi realizado fora dos territórios, oferecemos uma ajuda de custo para o deslocamento das pessoas confirmadas. Em todos os encontros, a equipe do MultiplicaSSAN, junto com as pesquisadoras da comunidade, ofereceu um lanche, durante a atividade.

Destacamos que as participantes nos dois territórios eram majoritariamente mulheres. Em cada um dos territórios, um homem participou brevemente de alguma das atividades. A predominância absoluta de mulheres parece

Quadro 3. Relação entre os domínios da PPBC e os objetivos do diagnóstico participativo na prática

Domínios da PPBC	Objetivos do DP	Atividade/dinâmica realizada em cada território	
		EcoSol - Trecho 3	Coletivo Casa de Maria - Trecho 2
Contextos	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as violações de direitos vivenciadas pela comunidade, em especial do Dhana. • Levantar a percepção da comunidade sobre seus direitos, especialmente o Dhana. 	Rio da Vida da Alimentação (26/09/2025)	Roda de conversa (04/10/2025)
Processo das parcerias	<ul style="list-style-type: none"> • Mapear atores, instituições e formas organizativas presentes no território que possam ser acionadas na luta pela efetivação de direitos. 	Ecomapa (16/12/2025)	Quadro das parcerias (18/01/2025)
Intervenção e Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> • Documentar casos específicos de violações do Dhana. • Elaborar relatório com sistematização dos dados coletados, incluindo dados sobre a situação de (in)segurança alimentar e nutricional, acesso a políticas públicas e recomendações para o poder público e organizações parceiras. 	Café Mundial – encontro conjunto (10/01/2026)	Café Mundial – encontro conjunto (10/01/2026)

Fonte: Elaboração própria

resultar de dois fatores: a orientação da equipe do MultiplicaSSAN, que solicitou às pesquisadoras que chamassem os(as) responsáveis pelos processos alimentares nas casas – tarefa historicamente delegada às mulheres – e, possivelmente, a conjunção do tema com a natureza comunitária da atividade. No Trecho 3, alguns homens foram convidados, mas não compareceram³, conforme registrado nas listas de presença.

Seguindo o modelo conceitual da PPBC, os encontros foram estruturados de modo que, ao compreender um domínio, também fosse

possível alcançar os objetivos do diagnóstico participativo, como mostra o quadro 3.

Para compreender os elementos do domínio “Contextos”, realizamos a atividade do Rio da Vida com a comunidade da EcoSol no Trecho 3. Já no Trecho 2, com o Coletivo Casa de Maria, realizamos uma roda de conversa com os seguintes objetivos: 1) acolher e contextualizar trajetórias de vida e relações com o território; 2) mapear as primeiras percepções sobre insegurança alimentar, falta de acesso a políticas públicas e experiências com o Estado; e 3) sensibilizar e aproximar as mulheres da proposta participativa.

³ No Trecho 3, um homem que passava pela rua no momento da atividade entrou e permaneceu por alguns minutos. No Trecho 2, o filho de uma das pesquisadoras participou da roda por um período.

Encontro Comunitário: como anda a nossa Alimentação?

Trecho 3 do Sol nascente

26 DE SETEMBRO . SEXTA-FEIRA
14H ÀS 16:30

LOCAL : SEDE ECOSOL

SHSN chácara 05, conjunto V, casa 8D,
condomínio Gênesis – Sol Nascente Trecho III

vamos conversar sobre como está
a nossa alimentação no Trecho 3,
dificuldades e caminhos para
construir soluções juntos!

Teremos lanche da tarde!



LOCAL DO ENCONTRO

RODA DE CONVERSA

COMPARTILHANDO NOSSAS HISTÓRIAS

Sábado

04 OUTUBRO 14:30H

SEDE DO COLETIVO DE MULHERES NO
TRECHO 2

EM FRENTE AO PARQUINHO



FIAN
BRASIL

A partir da definição dos objetivos, elaboramos o fio lógico do encontro, etapa que apresenta a sequência das atividades e as perguntas orientadoras que conduziram os diálogos na EcoSol. Por ser o primeiro contato entre a equipe do MultiplicaSSAN e a comunidade, solicitamos que a apresentação de cada participante fosse além do nome, compartilhando, por exemplo, gostos pessoais como a comida favorita, buscando formas de reconhecimento e conexão entre as pessoas.

Em seguida, iniciamos a atividade principal: a elaboração do Rio da Vida, que teve como propósito compreender o histórico da ocupação do espaço e a relação da comunidade com a alimentação. Essa metodologia já foi aplicada em outros contextos (Reis *et al.*, 2024) com resultados positivos quanto ao empoderamento e à aproximação das pessoas com suas histó-

rias e trajetórias. Após cada grupo apresentar o resultado de seu Rio da Vida, as participantes retornaram à roda para compartilhar reflexões sobre ambas as produções. Por fim, a equipe do MultiplicaSSAN realizou uma breve avaliação individual e encerrou o encontro.

Com os mesmos objetivos, mas utilizando outra técnica, elaboramos o fio lógico para a roda de conversa conduzida com as mulheres na Casa de Maria, no Trecho 2. Iniciamos com a recepção das participantes, a apresentação de cada uma, da proposta do diagnóstico e do objetivo da atividade. Em seguida, para garantir que todas se sentissem confortáveis para compartilhar suas experiências na roda, pactuamos as necessidades do grupo e da equipe por meio da dinâmica do Com-trato. Durante o encontro, o diálogo foi guiado pelas perguntas orientadoras e pelo roteiro da atividade. Ao final, realizamos breve avaliação das impressões gerais das participantes.

PLANO DO ENCONTRO

ENCONTRO 1 | TRECHO 3 | RIO DA VIDA

Objetivo geral

Conhecer as principais violações de direitos, em especial do direito à alimentação, vivenciados por mulheres moradoras do Trecho 3 do Sol Nascente.

Objetivos específicos

1. Acolher e contextualizar trajetórias de vida e relações com o território;
2. Mapear as primeiras percepções sobre insegurança alimentar, falta de acesso a políticas públicas e experiências com o Estado;
3. Sensibilizar e aproximar as mulheres da proposta participativa.

Temas

Alimentação, saúde, violações desses direitos e políticas públicas.

Participantes

Mulheres moradoras do Trecho 3 do Sol Nascente.

Data

26/09/2025

Local

Sede EcoSol, Trecho 3, Sol Nascente

Duração

Período da tarde (14h00 às 16h30)

Metodologia

Rio da Vida e roda de conversa



Atividades	Objetivos	Temas/perguntas orientadoras
Café da tarde, com ambientação com música	Criar ambiente receptivo e afetivo; promover o encontro e o vínculo inicial.	-
Apresentação das pessoas	Apresentação das participantes	<ul style="list-style-type: none"> • Nome • Tempo de moradia no Sol Nascente • Comida favorita
Apresentação da pesquisa e esclarecimento de dúvidas	Explicitar os objetivos da pesquisa, os dados buscados e o seu uso (imagem e fala).	-
Com-trato	<ul style="list-style-type: none"> • Definir o que cada participante precisa para se sentir presente e à vontade; • Estabelecer combinados: presença, atenção, escuta ativa, respeito às falas, permissão para gravação e uso de voz e imagens (TCLE). 	-
Rio da Vida	<ul style="list-style-type: none"> • Estreitar vínculos e conhecer a história das participantes em relação ao direito à alimentação no território (reforçar a territorialidade e sua importância no trabalho). • Fazer recorte em saúde, alimentação, trabalho e território. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar as fases e momentos de um rio e seus elementos: o rio começa com a chegada ao Sol Nascente e vai até os dias de hoje. Como era sua alimentação quando chegou? O que mudou até se tornar como é hoje? O que a fez melhorar ou piorar?
Compartilhamento das impressões sobre o Rio da Vida	Identificar violações comuns no território, políticas públicas, ações da sociedade civil e da comunidade.	Apresentar o rio de cada grupo.
Avaliação e finalização	Receber retorno sobre como as participantes se sentiram ao participar da atividade, para possíveis ajustes em encontros posteriores.	Mapa de sentidos - avaliação coletiva: cada participante marca com "X" as palavras que melhor representam sua experiência.

PLANO DO ENCONTRO

ENCONTRO 1 | TRECHO 2 | RODA DE CONVERSA DHANA E ALIMENTAÇÃO

Objetivo geral

Conhecer as principais violações de direitos, em especial do **direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana)**, vivenciadas por mulheres moradoras do Trecho 2 do Sol Nascente.

Objetivos específicos

1. Contextualizar trajetórias de vida e relações com o território;
2. Mapear as primeiras percepções sobre insegurança alimentar, acesso a políticas públicas e experiências com o Estado;
3. Sensibilizar e aproximar as mulheres da proposta participativa do diagnóstico.

Temas

Alimentação, saúde, violações de direitos, políticas públicas e organização comunitária.

Participantes

Mulheres moradoras do Trecho 2 do Sol Nascente.

Data

04/10/2025

Local

Sede do Coletivo de Mulheres Casa de Marias – Trecho 2, Sol Nascente

Duração

Período da tarde (14h30 às 17h00)

Metodologia

Roda de conversa participativa



Atividades	Objetivos	Temas/perguntas orientadoras
Café da tarde e ambientação musical	Criar ambiente receptivo e afetivo; promover o vínculo inicial.	-
Apresentação das pessoas	Promover o reconhecimento do grupo e a construção de confiança.	<ul style="list-style-type: none"> • Nome • Tempo de moradia no Sol Nascente • Comida favorita
Apresentação da pesquisa e esclarecimento de dúvidas	Explicitar objetivos, dados buscados e usos previstos; tratar do uso de imagem e voz.	-
Com-trato	Estabelecer combinados para garantir escuta ativa, respeito e presença no grupo.	Presença, escuta, respeito às falas, gravação de áudio/imagem, data do próximo encontro.
Roda de conversa	Estreitar vínculos e conhecer vivências em relação ao direito à alimentação.	<ul style="list-style-type: none"> • Parte 1: O que é o Dhana? • Parte 2: Como está o direito à alimentação no Trecho 2? • Parte 3: O que pode ser feito para melhorar?
Compartilhamento das impressões sobre o Rio da Vida	Parte 2: Como está o direito à alimentação no Trecho 2?	Apresentar o rio de cada grupo.
Avaliação e encerramento	Encaminhar o fechamento do encontro e colher impressões gerais.	-

Roteiro da roda de conversa

1. Compreensão do Dhana: as participantes foram convidadas a refletir sobre o significado do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas, com enfoque nos pilares de acesso, disponibilidade, adequação (cultural, sanitária, nutricional) e estabilidade. Também foram apresentadas noções básicas sobre direitos humanos, titulares e deveres do Estado.

2. Realização do direito no território: foram feitas perguntas sobre onde e como se alimentam, se compram ou recebem doações de alimentos e quais políticas públicas contribuem para a garantia do direito à alimentação.

3. Propostas e recomendações: por fim, abrimos espaço para ideias sobre como melhorar o direito à alimentação no Trecho 2, incluindo temas como atenção à saúde, políticas públicas, equipamentos sociais e iniciativas locais.



O segundo domínio, denominado “Processo das Parcerias”, foi apreendido por meio da atividade do Ecomapa junto à comunidade da EcoSol e do quadro de parcerias realizado no início de 2025 com as mulheres da Casa de Maria, no Trecho 2. As atividades tiveram como objetivos: 1) identificar parceiros atuais e potenciais; 2) mapear rede de parceiros, suas possíveis interfaces e tipos de relação; 3) compreender a interação entre os parceiros segundo segmentos (academia, serviços, população); 4) identificar estratégias para parceiros e oponentes de um projeto comunitário.

Na EcoSol, a atividade realizada foi o Ecomapa (Kaippert *et al.*, 2011), tendo a entidade como centro do círculo e os seus parceiros listados e

posicionados nas camadas ao redor; por fim, estabeleceram-se as relações entre a EcoSol e tais parceiros. Após as apresentações e breve retomada dos objetivos do diagnóstico e do encontro, as participantes foram divididas em dois grupos, com a tarefa de listar todos os parceiros da EcoSol e as atividades realizadas no espaço. Ao final, retornaram à roda e compartilharam os parceiros listados em ambos os grupos, a fim de que todos fossem contemplados. Em seguida, coletivamente, os parceiros foram posicionados um por um nas camadas do Ecomapa, e estabelecidas as relações entre eles e a EcoSol.

No Trecho 2, para os mesmos objetivos, realizamos o “Quadro de Parcerias”, uma vez que, na ocasião, o Coletivo de Maria ainda não havia se estabelecido formalmente. O encontro foi conduzido como parte de uma pesquisa de mestrado de uma integrante do MultiplicaçãoSSAN – as informações captadas nessa data foram validadas novamente no último encontro do diagnóstico para eventuais ajustes e atualizações. Assim, as parcerias foram estabelecidas em relação à comunidade e às lideranças que atualmente coordenam o Coletivo Casa de Maria. O encontro iniciou-se com acolhimento das participantes, seguido da recapitulação do encontro anterior e condução da atividade principal, que teve como objetivo identificar as parcerias da comunidade. com as perguntas orientadoras foram: “O que temos e com quem podemos contar?”, “O que queremos?” e “Do que precisamos?”.

PLANO DO ENCONTRO

ENCONTRO 2 | TRECHO 3 | PROCESSO DAS PARCERIAS

Objetivo geral

Criar um mapa de parceria ou de rede, identificando parceiros mais próximos à comunidade e aqueles que desejarem se envolver.

Objetivos específicos

1. Identificar parceiros atuais e potenciais;
2. Mapear a rede de parceiros, suas possíveis interfaces e tipos de relação;
3. Compreender a interação entre os parceiros segundo segmentos (academia, serviços, população);
4. Identificar estratégias para parceiros e oponentes de um projeto comunitário.

Temas

Construção de parcerias entre a comunidade e instituições/coletivos/organizações parceiras.

Participantes

Mulheres moradoras do Trecho 3 do Sol Nascente.

Data

16/12/2025

Local

Sede da EcoSol, Trecho 3, Sol Nascente

Duração

Período da tarde (14h00 às 16h30)

Metodologia

Elaboração de Ecomapa



Atividades	Objetivos	Temas/perguntas orientadoras
Café da tarde e ambientação musical	Criar ambiente receptivo e afetivo; promover o encontro e o vínculo inicial.	-
Apresentação das pessoas	Apresentação das participantes	O que ficou do último encontro?
Retomada sobre o projeto de pesquisa	Explicitar os objetivos da pesquisa, os dados buscados e seu uso (imagem e fala).	Retomar o Rio da Vida
Apresentação da metodologia do encontro	Explicar o que é um Ecomapa e como será feito.	Dividir em dois grupos para listar as parcerias: 1. Listar todas as parcerias; 2. Classificar as organizações por natureza; 3. Indicar quais parceiros estão relacionados à alimentação; 4. Classificar por grau de importância e proximidade; 5. Fazer a representação gráfica do Ecomapa de parcerias.
Compartilhamento sobre as parcerias identificadas	Qualificar/aprofundar as reflexões sobre a qualidade das parcerias firmadas.	<ul style="list-style-type: none"> • O que o conjunto de relações fortes significa? • E as relações fracas? Queremos fortalecê-las? • Como chegamos até aqui? • Quais oportunidades, riscos e limites temos?
Avaliação e finalização	Encaminhamentos.	Em uma palavra, como foi o encontro de hoje?

PLANO DO ENCONTRO

ENCONTRO TRECHO 2 | MAPA DAS PARCERIAS

Atividades	Objetivos	Temas/perguntas orientadoras
Acolhimento e integração	Compartilhamentos e trocas informais entre as participantes e a pesquisadoras.	Como vocês estão? Como foram as semanas?
Compartilhamento	Breve apresentação e reflexão sobre o que produzimos no primeiro encontro.	<ul style="list-style-type: none">• Vocês se lembram desta cartolina? (Perguntas que estimulem a memória sobre os temas abordados anteriormente.)• Precisamos acrescentar ou ajustar algo?
Atributos das parcerias	Identificar as parcerias existentes e sua qualidade.	<ul style="list-style-type: none">• O que já temos?• Com quem podemos contar hoje em termos de parcerias?• Quais seguem fortes ou fragilizadas?• Pensando no que queremos para 2025, quais parcerias podemos buscar?• Que passos precisamos seguir?
Encaminhamentos	Definição da data do próximo encontro.	-





Quanto ao terceiro domínio, “Intervenção e Pesquisa”, realizamos o último encontro com a participação de ambas as comunidades. Foram compartilhados os resultados e as análises dos encontros anteriores para que as participantes os avaliassem. Esse encontro teve como objetivos: 1) consolidar o levantamento das violações documentadas; e 2) reforçar o papel ativo da comunidade na proposição de soluções para as questões apresentadas.

O último encontro foi realizado no Polo de Extensão da Ceilândia, espaço acessível a ambos os territórios – a maioria das linhas de ônibus das duas comunidades passa pelo centro da Ceilândia. Para não prejudicar a adesão por questões financeiras de deslocamento, oferecemos ajuda de custo às participantes; para isso, solicitamos que

as pesquisadoras da comunidade compartilhassem previamente com a equipe do MultiplicaSSAN os nomes e informações bancárias das pessoas confirmadas.

Com base nos objetivos, organizamos o fio lógico do encontro. Como os territórios foram reunidos e algumas mulheres não se conheciam, houve necessidade de apresentação das participantes. Em seguida, conduzimos a dinâmica principal para validar os resultados e as análises do diagnóstico, em dois temas: “Parcerias” e “Violações de direitos”. Inspiradas no Café Mundial, as participantes foram divididas em dois grupos, com integrantes de ambos os territórios, sendo que um grupo discutiu o processo das parcerias, e o outro, as violações de direitos identificadas. Em seguida, as participantes trocavam de grupo, permitindo que todas as pessoas discutissem ambos os temas. Para conduzir os grupos, a equipe do MultiplicaSSAN organizou um roteiro com a sistematização dos principais pontos a serem validados pelas comunidades.

Ao final, após todas as participantes terem discutido os dois temas, fizemos uma pausa para o intervalo; nesse momento, as mulheres votaram com adesivos as ações necessárias para a garantia de direitos, sistematizadas a partir das falas e discussões anteriores nos dois territórios. Após o intervalo, conduzimos uma roda de conversa sobre as ações mais e menos votadas. Encerramos o encontro com breve avaliação das atividades realizadas até então nas duas comunidades. Ao fim da atividade, as pessoas participantes receberam um *kit* com bolsa, camiseta e pasta em comemoração aos 25 anos da FIAN Brasil.

ENCONTRO DE CULMINÂNCIA - TRECHOS 2 E 3

Objetivo geral

Apresentar e validar casos específicos de violação do Dhana identificados nas visitas e grupos focais; debater coletivamente estratégias de enfrentamento e recomendações para o poder público.

Objetivos específicos

1. Consolidar o levantamento das violações documentadas;
2. Reforçar o papel ativo da comunidade na proposição de soluções.

Temas

O que é preciso para que a realização do direito à alimentação aconteça, de fato, no Sol Nascente?

Participantes

Equipe de pesquisa do MultiplicaSSAN, pessoas-chave que participaram das atividades de pesquisa nos trechos 2 e 3, e representantes da FIAN Brasil.

Data

10/01/2026

Local

Polo de Extensão da Ceilândia

Duração

3 h (09h00 às 12h00)

Metodologia

Apresentação dialogada e debate, com elaboração de recomendações.



Atividades	Objetivos	Temas/perguntas orientadoras
Café da tarde e ambientação musical	Criar ambiente receptivo e afetivo; promover o encontro e o vínculo inicial.	-
Apresentação das pessoas	Apresentação das participantes.	Nome, lugar de origem (Trecho 2 ou 3), uma lembrança de um encontro com o MultiplicaSSAN.
Breve apresentação dos objetivos do dia e pactuação do Com-trato	Pactuar os termos da atividade para que ocorra com tranquilidade.	Retomar o Rio da Vida
Apresentação dos resultados da pesquisa em blocos - Café mundial: 1) Violações 2) Parcerias	Que as participantes conheçam os resultados da pesquisa e opinem.	Dividir em dois grupos, cada um com um tema. Conduzir a apresentação do tema e pontos-chave. Abrir para o diálogo e comentários. Trocar de grupo e repetir a dinâmica. (20 minutos para cada grupo)
Priorização	Que as participantes tenham um primeiro contato com as recomendações e as priorizem.	Antes do intervalo, as participantes serão convidadas a priorizar três recomendações de incidência, colando três bolinhas no papel.
Papel do Estado e recomendações 3) Frentes de ação/incidência	Construir uma lista de recomendações aos Estado.	<ul style="list-style-type: none"> • Brevíssima apresentação sobre obrigações do Estado em relação ao Dhana, seguida de recomendações. • O que o Estado deveria fazer em relação à obrigação de respeitar, proteger e promover esse direito humano no Sol Nascente?
Avaliação e finalização	Avaliar o trabalho de pesquisa como um todo.	Na roda grande: você sentiu que o que foi dito nos encontros no território foi bem apresentado nos resultados? O que faltou? O que poderia ser melhor?

Dessa forma, por meio da abordagem da PPBC, foi possível não apenas alcançar os objetivos do diagnóstico participativo, mas também criar vínculos, empoderar e integrar o conhecimento das comunidades ao longo da etapa de campo. Os domínios Contextos, Dinâmicas das Parcerias e Intervenção e Pesquisa resultaram na apreensão do contexto social e estrutural, das prioridades das comunidades e dos processos de construção de (des)confiança entre os grupos e seus parceiros. Além disso, o processo de construção do diagnóstico integrou o conhecimento da comunidade sobre a sua realidade, empoderou as pes-

quisadoras da comunidade sobre o tema e envolveu a população na pesquisa ao validar coletivamente os resultados e as análises do diagnóstico participativo.

Durante todos os momentos com a comunidade, priorizamos a escuta sensível, o diálogo horizontal e o fortalecimento de vínculos comunitários, respeitando os ritmos e contextos de cada território. Todos os encontros tiveram em comum os princípios da abordagem da pesquisa participativa baseada na comunidade, centrados no diálogo e no uso de metodologias ativas para promover a participação.



TRECHO 2 COLETIVO CASA DE MARIA

CATEGORIAS TEMÁTICAS EMERGENTES NO TRECHO 2

A roda de conversa “**Dhana e Alimentação**” permitiu levantar, a partir das experiências cotidianas das participantes com a insegurança alimentar, as percepções iniciais sobre o **direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana)**, a ausência de políticas públicas e as estratégias locais de resistência.

DHANA E ALIMENTAÇÃO A PARTIR DO CONTEXTO DAS MULHERES NO TRECHO 2 DO SOL NASCENTE

Esta seção analisa as experiências na comunidade do Sol Nascente (Trecho 2) para revelar as barreiras sistêmicas que impedem o acesso contínuo a uma alimentação adequada e digna.

Para essas mulheres, **o conceito de direito à alimentação é claro e prático: significa ter “alimentação correta”**. No entanto, esse direito fundamental é frequentemente bloqueado por um obstáculo igualmente evidente e primário, que consiste na falta de recursos financeiros. Como afirmou uma participante, ao ser perguntada sobre o que é necessário para se alimentar bem, o primeiro requisito é “dinheiro”.

- PESQUISADORA - *E o que a gente precisa pra comer direitinho?*
- PARTICIPANTE - *Primeiro, money.*
- PESQUISADORA - *Money, e o que mais?*
- PARTICIPANTE - *Aí, depois do dinheiro, vai no mercado, né?*
- PARTICIPANTE - *Aí vai no mercado.*
- PESQUISADORA - *Vocês acham que o dinheiro é o principal que precisa?*
- PARTICIPANTE - *Sim.*
- PARTICIPANTE - *É, e também fazer uma horta, né? (...)*

A conversa prossegue com as participantes dizendo que, se houvesse uma horta comunitária, elas comeriam mais hortaliças. Quando indagadas se consumiam hortaliças sempre, algumas responderam que sim, outras que não e outras que só “de vez em quando”. Mencionaram que recebem doações de hortaliças às vezes, e que nem sempre o dinheiro é suficiente para comprá-las durante o mês todo. Uma delas conta que compra alimentos variados quando recebe o benefício (referia-se ao Programa Prato Cheio⁴), mas que ao longo do mês a variedade reduz consideravelmente, indicando um quadro clássico de insegurança alimentar moderada, quando a qualidade da alimentação é afetada pela falta de recursos.

Essa precariedade financeira torna as famílias dependentes de programas de assistência governamental, que deveriam suprir a diferença entre a renda insuficiente e as necessidades básicas. A análise a seguir começa pela crítica a um dos principais programas distritais citado pelas participantes: o Prato Cheio, instituído pela Lei 7.009, de 17 de dezembro de 2021.

Programas de provimento alimentar que têm por objetivo contribuir com o direito humano à alimentação adequada são vitais para comunidades em situação de vulnerabilidade econômica. Seu objetivo é oferecer um condição básica de segurança alimentar e nutricional. Sua eficácia – ou ineficácia – é, portanto, um reflexo direto do compromisso do Estado com a garantia desse direito. Para as participantes desta pesquisa, o Prato Cheio não alcança seus objetivos e gera frustração social. A falha mais ressaltada pelas participantes do programa diz respeito a uma questão administrativa. As participantes relatam seguir corretamente o processo de cadastramento, mas permanecem em suspensão por tempo indefinido. **O auxílio, prometido para ser pago em até três meses, chegou a atrasar**

quatro ou cinco meses, deixando famílias sem renda essencial para a compra de comida. Essa situação, para algumas, é vivenciada como traição, não como um simples atraso. A suspensão pode gerar problemas graves no cotidiano das mulheres. As participantes lembraram que o benefício “ajuda muito”, sendo o dia do depósito o de “maior alegria”. Apesar da frustração, a comunidade não é passiva. Uma participante exemplificou a resistência ao dizer: **“Eu estava precisando em casa, fui lá, processei o governo e recebi tudo... Onde acaba o direito deles, começa o meu”**. Esse ato de autoafirmação revela exigência por justiça e responsabilização, de forma que se destaca a percepção de violação de direito que gera mobilização.

As falhas administrativas são agravadas por denúncias sérias de corrupção que abalam a relação da comunidade com o sistema de assistência social. As participantes relatam desconfiança sobre a distribuição e acesso às vagas de atendimento nos Centros de Referência da Assistência Social (Cras). Denúncias de corrupção pairam na comunidade sobre a “compra” de vagas⁵.

Para essas mulheres, tal prática é “desumana” e cruel, pois explora os mais vulneráveis e piora o acesso a algo que é direito do povo. Como observou uma participante: “Se ela vende, é porque alguém de dentro passou a vaga pra ela vender”. **Diante disso, as moradoras enfrentam um dilema ético: como garantir o acesso sem sentir-se impelida a compactuar com algo ilegal?**

Mesmo quando o benefício é pago corretamente, o valor de R\$ 250 mostra-se cada vez mais insuficiente frente à inflação. Como relatou uma mulher: “Com R\$ 250 você traz duas sacolas”. O preço de itens básicos, como o café (citado como símbolo), ultrapassa R\$ 30, forçando a redução do consumo.

4. O Programa Cartão Prato Cheio consiste no repasse de crédito financeiro para as famílias em insegurança alimentar e nutricional assistidas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedes). O tempo de concessão do benefício é de nove parcelas no valor de R\$ 280, sendo que, após este prazo, os titulares de direitos que ainda estiverem em situação de insegurança alimentar e nutricional deverão passar por novo atendimento socioassistencial para análise quanto à permanência no programa.

5. Denúncias como essas são divulgadas e investigadas, pelo menos, desde 2022, e inspeção da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) encontra várias outras irregularidades nos serviços da assistência social. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/na-mira/pcdf-realiza-2a-fase-de-operacao-contra-venda-de-vagas-na-fila-do-cras>

O programa, portanto, mesmo quando funciona, garante apenas alívio parcial e temporário, incapaz de assegurar segurança alimentar durante todo o mês, o que é uma contradição brutal para a garantia do Dhana. Uma iniciativa motivada pela oportunidade de reduzir a fome gera expectativa e aumenta o problema social. Viola um de seus princípios que é garantir a alimentação ininterruptamente.

O colapso administrativo, as denúncias de corrupção e o valor insuficiente tornam o Prato Cheio fragilizado em seu objetivo. A situação é agravada quando inserida em um contexto socioeconômico mais amplo, que mantém a comunidade em ciclos de pobreza e vulnerabilidade. A má gestão de um programa não ocorre

isoladamente; articula-se a barreiras estruturais mais profundas: desemprego, sobrecarga das mulheres como chefes de família e carência de moradia digna.

Um tema recorrente nos relatos é o desejo de independência por meio de trabalho digno. A aspiração das participantes é explícita: emprego estável, formal, com salário fixo. Elas associam esse tipo de trabalho à liberdade e à dignidade. Como disse uma delas: “É melhor ‘lutar’ com as próprias mãos do que ficar esperando”.

Indagadas sobre o que seria necessário para se ter uma alimentação adequada, em diferentes momentos e de diversas formas, a resposta era sempre a mesma: trabalho. Foi unânime a per-

- PESQUISADORA** - *E como vocês acham, quais políticas vocês acham que podiam facilitar uma alimentação adequada? (...) O que vocês gostariam que acontecesse?*
- PARTICIPANTE** - *Era um serviço para nós, trabalhar fichado pra não precisar de Bolsa Família, não. É muito melhor do que ficar esperando dinheiro do governo.*
- PARTICIPANTE** - *É melhor a gente lutar com as duas mãos. (...) Tem duas pernas, tem dois braços.*
- PARTICIPANTE** - *Como é que a pessoa trabalha se não tem um serviço? Passou de 50 anos, mesmo, não trabalha mais, não... Não, fia.*
- PARTICIPANTE** - *Emprego. Nós quer um emprego.*
- PARTICIPANTE** - *Por aqui, mal tem um curso pra gente fazer, nem todo mundo quer. Aí fica esperando o dinheiro do governo, não tem serviço! Aí é desse jeito.*
- PARTICIPANTE** - *Tem que ter um serviço, um serviço digno pra gente não ter que ficar se humilhando pra poder receber o que é de direito da gente.*
- PESQUISADORA** - *Você disse um serviço digno. Como que é um serviço digno?*
- PARTICIPANTE** - *Um emprego, você sair de manhã, entrar às 7h, sair umas 5h da tarde e você ter o seu salário todo mês. Garantido. E não ter que ficar mendigando nem daqui e nem dali, pra ninguém. A gente ter do próprio suor. (...) Se fizessem uma pesquisa e perguntassem: quem quer emprego e largar o Bolsa Família? Eu garanto que, ô, moço, eu acho que o povo ia trabalhar mesmo. Ia trabalhar.*

cepção de que conseguir comprar seus alimentos e prepará-los em casa seria a melhor opção. Repetidas vezes, mencionaram essa forma de acessar alimentos como a mais digna, em contraposição à posição “humilhante” de depender de programas sociais.

Contudo, a discriminação por idade é uma barreira. **Mulheres acima dos 45 anos relatam que têm muita dificuldade de conseguir emprego com carteira assinada, e isso gera uma relação de dependência de programas sociais.** Esse tema foi tratado também nas discussões do Trecho 2:

PARTICIPANTE - *Porque você passou dos 50 você não consegue. Passando dos 45 você já não consegue os serviços de carteira e nada.*

Como fazem, eles vão dando prioridade só pros mais novo. E os mais velhos, eles vão deixando no canto. E aí, assim, a pessoa tem que estar se humilhando para receber o Bolsa Família, e às vezes muitos não é nem aprovado.

PARTICIPANTE - *E aí fica no aperto, vai atrás da aposentadoria e também não consegue, porque segura daqui e dali e a pessoa não consegue nada, e fica passando necessidade. E não deveria de ser assim. Porque você vai no mercado, você paga caro pelas coisas. Você paga caro por passagem. Aonde você vai, você paga caro. E no final, você não tem benfeitoria.*

(...)

PARTICIPANTE - *Eles não quer aposentar a gente, agora que tá assim, eles tá aposentando a gente já quando a gente estiver velho, aí não precisa mais nada.*

PARTICIPANTE - *Mas muitos dá entrada [na aposentadoria], talvez era questão de doença e eles ainda nega. Não vai para lugar nenhum.*



Em 2025, o Brasil registrou a menor taxa de desocupação da série histórica, segundo dados oficiais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), de julho e agosto de 2025. No entanto, os trabalhos disponíveis, como elas mesmas percebem, são prioritariamente para pessoas jovens, tidas como mais adaptáveis às exigências tecnológicas e à lógica de flexibilidade permanente. Ou seja, a melhoria geral não se reflete de maneira equânime e talvez aprofunde desigualdades de raça, gênero, geração e escolaridade.

Considerando a tendência de que os postos de trabalho de baixa qualificação formal se tornam cada vez mais escassos, e que as exigências por conhecimentos específicos e especializados e por uma atualização contínua devem ser a regra – além da automação, digitalização e financeirização da economia –, **faz-se urgente pensar em saídas coletivas capazes de garantir condições de vida digna em um contexto de trabalho estruturalmente e desigual.**

A proposta de uma política de Renda Mínima Cidadã surge como resposta relevante a esse desafio, ao oferecer um piso de proteção social desvinculado da inserção formal no mercado de trabalho. No entanto, dada a complexidade das transformações em curso, tal política

precisa ser articulada a outras iniciativas igualmente estruturais, como políticas de formação ao longo da vida, sistemas públicos de cuidado, acesso universal a serviços sociais e estratégias de redistribuição do tempo e da riqueza.

Assim como o trabalho de cuidado alimentar, a luta pela alimentação é majoritariamente feminina. Na maior parte das vezes, as mulheres são as únicas responsáveis por todas as etapas para garantir a alimentação da família, muitas vezes composta por elas e seus filhos. Como afirmou uma delas: “A mulher é mais capaz... A mulher tem coragem de correr atrás, e o homem não tem a capacidade que a mulher tem de correr atrás das coisas. O homem é um parasita, então”. Essa era a percepção majoritária. Várias mulheres disseram que preferiam ficar sozinhas, que já se casaram e não tiveram boas experiências. Algumas mencionaram que nem todos os homens eram assim. Poucas mencionaram ter o apoio do marido, em geral no provimento da casa, e, em apenas um caso, também no momento das compras.

A ausência masculina no cuidado e no sustento da casa é um padrão percebido. Um caso ilustra simultaneamente as dificuldades de uma mulher para se sustentar e sustentar a família, e como o apoio masculino pode fazer diferença:

PARTICIPANTE - *Olha, eu cheguei aqui nos anos 2000 (...), eu acho que até 2018, eu trabalhei sem parar! Saía de um serviço, entrava em outro, saía de um serviço, entrava em outro! Quando foi 2018, eu adoeci da cabeça. Daí de 2018 até agora, eu não consegui trabalhar, eu adoeci da minha cabeça de tanto eu trabalhar. Eu vim do Maranhão pra cá.*

PESQUISADORA - *Você trabalhava com o quê?*

PARTICIPANTE - *Eu cuidava de uma idosa. Eu adoeci da minha cabeça. Tive um problema de depressão, problema de ansiedade. Eu vivo através de remédio controlado porque... Ó, a cabeça não aguentou. Eu trabalhava em quatro serviço pra mim me manter.*

Aí eu peguei, conheci uma pessoa e fui morar com ele. Aí depois que eu adoeci da cabeça, ele disse: “É a cabeça que sustenta o corpo. A cabeça adoeceu, o corpo perece”. Aí ele pegou e tomou de conta das coisas ... E eu não recebo nenhum benefício do governo. Nada. Nenhum. Mas se me oferecesse um serviço hoje, eu ia!

Quadro 4. Relação entre estabelecimento, custo e acesso

Tipo de comércio	Acessibilidade	Percepção da comunidade
Mercadinhos locais	A pé, dentro da comunidade	“Mais caro”, “não tem verdura”
Supermercados baratos	Só de ônibus	“Mais barato”, “tem promoção”, “melhor”
Hipermercado	Caminhada longa	24 h aberto, mas mais caro que os outros

Fonte: Elaboração própria

Além de renda, as participantes apontam a moradia digna como pilar da segurança alimentar. Sem casa adequada, não há como cozinhar, armazenar ou manter regularidade nas refeições. Essa compreensão integral do bem-estar mostra, na prática, a interdependência entre os direitos humanos.

As opções de locais para compra de alimentos dividem-se entre mercados locais (mais caros e com pouca variedade) e hipermercados acessíveis apenas com transporte público. Isso exige uma escolha difícil: gastar com passagem ou pagar mais por menos comida (quadro 4). **O custo da passagem é um obstáculo real.** Surgiu um debate: transporte gratuito permitiria comprar melhor, mas alguns temem superlotação e uso indevido. Ainda assim, há consenso de que o gasto com transporte limita, ou influencia, o acesso à alimentação saudável.

As doações e os restaurantes comunitários são fontes alternativas de aquisição de alimentos, mas com críticas. As refeições são descritas como “comida velha, arroz duro, carne dura”. Mais do que isso, o modo como o alimento é oferecido importa: as mulheres preferem receber comida de pessoas conhecidas a frequentar locais onde se sentem envergonhadas ou estigmatizadas quanto à dificuldade de acesso.

Embora as primeiras menções à instalação de restaurantes populares no Distrito Federal datem de 1999 (IPEDF, 2025), o **Programa Restaurante Comunitário** foi criado por lei em 2008 e regulamentado em 2009, durante o governo de José Roberto Arruda (Sedes-DF, 2025). Esses normativos foram alterados pela Lei 4.601/2011, que institui o Plano pela Superação da Extrema

Pobreza – DF sem Miséria, sendo atualmente regulamentados pelo Decreto 44.335/2023.

Atualmente, o Distrito Federal conta com 18 unidades de restaurantes comunitários, dois dos quais atendem à população do Sol Nascente. O primeiro foi inaugurado em 2016, localizado na QNR 01, Área Especial 2, Ceilândia, e serve café da manhã e almoço de segunda a sábado. O segundo, inaugurado em 2023, fica no Trecho 2 do Sol Nascente, mais próximo das mulheres participantes do diagnóstico, e oferece café da manhã, almoço e jantar, aberto todos os dias⁶.

A insegurança alimentar nessa comunidade é mais que ausência de comida: é sintoma de um sistema excludente. As falas das mulheres indicam percepção de que o problema está nas falhas administrativas, na corrupção, na exclusão econômica e na precariedade da infraestrutura pública. Mas essas mulheres não se limitam a denunciar, elas apontam soluções concretas, baseadas em dignidade e autonomia. A seguir, estão os **caminhos propostos pela comunidade para garantia da segurança alimentar e nutricional.**

Os testemunhos iluminam a complexa interseção entre a insuficiência/ineficiência de programas sociais, os desafios socioeconômicos persistentes e os obstáculos estruturais significativos. A análise dessas realidades vividas serve de base para recomendações de políticas públicas alinhadas às necessidades e aspirações expressas pela comunidade. A voz dessas mulheres é mais que denúncia, é um projeto político de dignidade, justiça e transformação. Combater a fome exige mais que comida: exige reconhecer o valor das pessoas e o direito de todas a uma vida plena e autônoma.

6. Café da manhã: R\$ 0,50, servido das 7h às 9h; almoço: R\$ 1, servido das 11h às 14h; e jantar: R\$ 0,50, servido das 17h às 19h.

Quadro 5. Síntese das frentes de incidência segundo a comunidade

Frentes de ação/incidência	Descrição
Emprego digno	Trabalho estável com salário justo, que elimine a humilhação de depender de benefícios falhos.
Participação política direta	Demandam “audiência pública pra tudo”, exigindo transparência e fiscalização cidadã contra a corrupção.
Infraestrutura acessível	Mercados acessíveis, transporte público confiável e espaços coletivos, como cozinhas comunitárias e praças.
Serviços públicos integrados	Acesso a saúde, educação, moradia e assistência, sem rupturas que fragilizem o direito à alimentação.

Fonte: Elaboração própria

MAPEAMENTO DE PARCERIAS

Nesta seção, apresentamos as parcerias citadas pelo grupo de mulheres no Trecho 2 no início de 2025. Algumas parcerias foram reforçadas em outros encontros realizados no âmbito deste projeto.

No quadro 6, observa-se que, entre os parceiros citados, destaca-se a concentração de entidades ligadas à horta comunitária próxima à Cozinha Solidária do MTST e à agrofloresta do parquinho comunitário, indicando que a agricultura urbana e a agroecologia são temas que agregam maior interesse e engajamento das parcerias.

Durante o diálogo, percebe-se que a necessidade de cuidado constante da horta é um dos caminhos para o fortalecimento dos vínculos comunitários. Por meio dos mutirões mensais, tanto a comunidade quanto os

PESQUISADORA - *Quando é que foi o início da horta?*

COZINHEIRA - *2021. 2021. No início da cozinha. 2021. Nossa, aquela horta já tem três anos. Ela vai fazer quatro anos. Em junho. Porque a cozinha vai fazer quatro anos agora.*

PESQUISADORA - *Sim. Horta agroecológica.*

COZINHEIRA - *Dia 31, à tarde, vai ter mutirão de plantio de árvore lá no parquinho.*

PARTICIPANTE - *Eu vou lá plantar a minha árvore.*

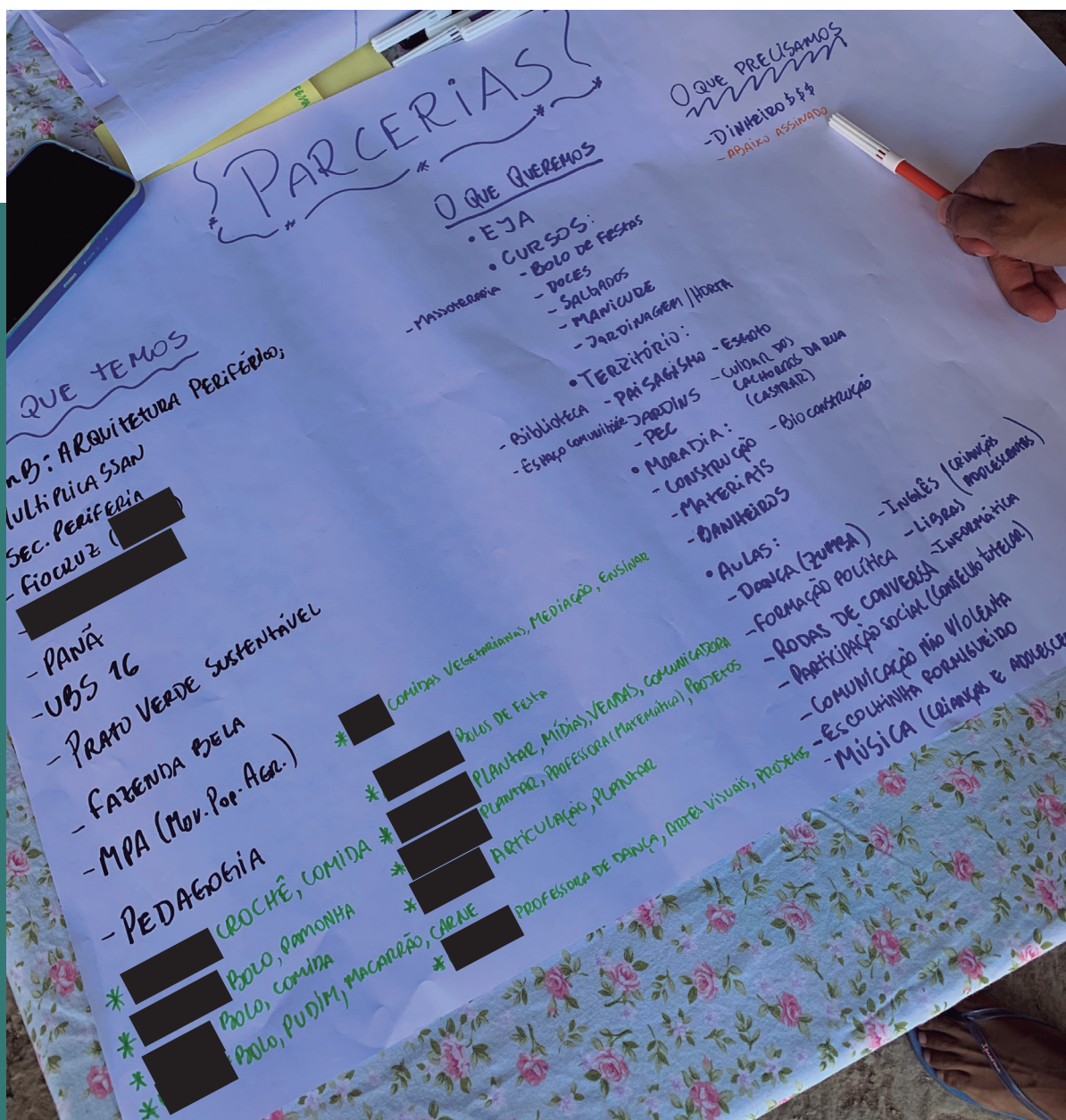
COZINHEIRA - *Isso mesmo.*

PARTICIPANTE - *É só de cerrado, né? Ipê.*

PARTICIPANTE - *Eu vou lá plantar a minha árvore.*

parceiros eram acionados para podar, limpar, plantar e construir canteiros na horta na cozinha e no parquinho. Recentemente, o Coletivo Casa de Maria, em conjunto com o Prato Verde Sustentável, realizou um mutirão para a construção de uma nova horta comunitária próxima ao parquinho e à sede do coletivo. Assim, os mutirões seguem como uma tecnologia social capaz de valorizar e fortalecer os vínculos entre instituições, pessoas e comunidade.

Outra parceria específica dessa comunidade é a articulação político-partidária, por meio de mandatos progressistas, principalmente desde o período eleitoral em 2022. A Universidade de Brasília, por meio de projetos de extensão, também foi indicada como um dos parceiros no território. Além disso, a unidade básica de Saúde (UBS) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Brasília já realizaram ações em saúde e formação de pesquisadores populares junto à comunidade.



As parcerias agregaram a compreensão sobre outros direitos igualmente importantes, apoiando a consolidação do entendimento da indivisibilidade dos direitos humanos junto à comunidade. Ao longo dos diálogos nos encontros realizados no âmbito do projeto, destacam-se também as organizações lideradas pelas pesquisadoras da comunidade.

Durante a roda de conversa, as mulheres mencionam as refeições ofertadas pela Cozinha Solidária do MTST como apoio no passado. Segundo suas percepções, a qualidade da comida ofertada reduziu: “antes era bem temperada e feita com amor, e atualmente, não”. Essa observação pode estar relacionada ao fato de que duas pesquisadoras da comunidade já foram cozinheiras ali. Hoje vinculadas à Casa de Maria, mantêm a liderança e o vínculo com a comunidade construídos naquele espaço. As percepções sobre a qua-

lidade da alimentação ofertada também podem estar relacionadas à afetividade e às relações interpessoais, demonstrando o quanto a realização do direito à alimentação acontece para além do acesso aos alimentos.

Vale mencionar que o Coletivo Casa de Maria está em processo de construção de um novo arranjo organizacional, com objetivo de apoiar, qualificar e gerar renda para mulheres no território. Em conjunto com outros coletivos e organizações, conseguiram instalar a horta, e outros planos estão em processo de elaboração, mas dependem de financiamento para se concretizar. No entanto, as mulheres seguem empenhadas e articulando suas redes em busca de editais para captação de recursos e outras formas de apoio para sua realização. O fato é que nasce mais uma organização de mulheres na luta pelo Dhana no Sol Nascente.

Quadro 6. Quadro de parcerias da comunidade do Trecho 2 do Sol Nascente

Temáticas abordadas	Nome da entidade	Categoria da entidade	Ações desenvolvidas
Direitos das crianças e dos adolescentes	Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal (Cedeca/DF)	ONG	Atividades lúdicas colaborativas que fomentam a compreensão política e a cooperação.
Educação	Departamento de Pedagogia da UnB	Instituição de ensino superior	Realização do reforço escolar.
Direito à cidade e à moradia	Panã Arquitetura Social	Coletivo	Capacitações e apoio na construção de projetos de habitação de interesse social.
	Arquitetura periférica (UnB)	Projeto de extensão	Construção comunitária de projetos arquitetônicos e de soluções baseadas na natureza.
	Mandatos parlamentares	Representação política	Apoio político e financeiro para ampliar o acesso da comunidade a políticas públicas.

Temáticas abordadas	Nome da entidade	Categoria da entidade	Ações desenvolvidas
Saúde coletiva	Fiocruz	Instituição estatal	Formação de lideranças comunitárias para atuarem como pesquisador popular em saúde.
	UBS 16	Equipamento público	Realização de ações em saúde, como vacinação e agendamentos de consultas.
Mudanças climáticas	GIZ	Agência de cooperação	Grupo “Mulheres negras pelo clima”, formação acerca das mudanças climáticas e soluções baseadas na natureza.
Agroecologia e agricultura urbana	Fazenda Bela	Comunidade que sustenta a agricultura	Apoio nas ações da horta comunitária.
	Juntos	Coletivo da juventude	Apoio nos mutirões da horta comunitária.
	Prato Verde Sustentável	ONG	Apoio na escrita de projetos para editais de financiamento para hortas urbanas e atividades de educação ambiental.
	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	Movimento social	Articulações de agricultores/as urbanos/as e entidades governamentais e não governamentais.
	Jovens pelo Clima	Movimento socioambiental	Apoio nos mutirões da horta comunitária.
	Emater	Instituição estatal	Provisão de recursos para manutenção e melhoramento de hortas comunitárias.
Direito à alimentação adequada	MultiplicaSSAN/UnB	Projeto de extensão	Formação política de mulheres a partir da educação popular, sobre direito humano à alimentação adequada e saudável.

Fonte: Elaboração própria, com base no segundo encontro do grupo de mulheres realizado no âmbito da pesquisa de mestrado *Territórios micropolíticos: a formação e a práxis do cozinhar e comer na Cozinha Solidária do MTST no Sol Nascente, DF* (Machado, 2025)

CATEGORIAS TEMÁTICAS EMERGENTES NO TRECHO 3

FACILITADORES E BARREIRAS PARA O ACESSO À ALIMENTAÇÃO A PARTIR DO RIO DA VIDA

No início da ocupação do Sol Nascente em 2006, segundo as participantes, boa parte do terreno era de mata, e as famílias mantinham as árvores, especialmente as frutíferas, em seus quintais. Várias relataram que havia muitas bananeiras, mangueiras e outras plantas. Posteriormente, com o aumento das famílias na ocupação, os quintais foram diminuindo, e atualmente são poucas as casas que têm plantação ou quintal.

Este é o caminho mais comum de ocupações urbanas desordenadas: as primeiras famílias que chegam, empurradas pela lógica excludente das grandes cidades para fora do centro, vão abrindo espaço onde antes era natureza. No caso do Sol Nascente, como já mencionado, o território era ocupado por chácaras antes da expansão da malha urbana, e as primeiras famílias em situação de vulnerabilidade que ali chegaram viviam sem nenhuma estrutura urbana. Com o avanço das ocupações, o governo do Distrito Federal foi obrigado a regularizar o espaço e garantir um pacote mínimo de serviços públicos.

Atualmente, **o principal meio de aquisição de alimentos são os supermercados** da região, acessados por transporte público. As participantes contam que antigamente havia apenas um supermercado no Sol Nascente, o Trem Bom, que se tornou ponto de referência em termos de localização para a comunidade do Trecho 3. Desde 2011, o comércio aumentou na região, com diferentes tipos de estabelecimentos.

Entre as iniciativas do poder público, elas rememoram o **Programa Pão e Leite**, que consistia na distribuição gratuita desses dois itens – e, esporadicamente, de **cesta básica e cesta verde**. A distribuição ocorria em outro bairro, mas era disponibilizado o transporte para as participantes do programa.

O Pão e Leite era uma iniciativa promovida pelo ex-governador Joaquim Roriz desde meados dos anos de 1980, tendo sido formalizada no âmbito do Programa Pró-Vida (Lei 2.303/1999). O programa mudou de nome, atravessou diferentes gestões e passou por reformulações entre 2011 e 2012 (Correio Braziliense, 2011; GDF, 2012). Aparentemente, a iniciativa foi integrada ao Programa Prato Cheio (Portal G1, 2023). Em 2023, Joaquim Roriz Neto enviou à Câmara Distrital Legislativa um projeto de lei para retomar a distribuição de Pão e Leite às famílias em situação de vulnerabilidade do Distrito Federal – o projeto tramita lentamente na Câmara Distrital Legislativa (CLDF, 2025).

DIFERENTES PERSPECTIVAS SOBRE A REALIDADE COMPARTILHADA⁷

Em um dos grupos, o Rio da Vida é formado por perspectivas distintas de marcos históricos e fatos concretos. Há consenso de que o início da ocupação foi marcado por uma ausência absoluta de qualquer estrutura, “nem luz, nem esgoto, nem mercado por perto”, “não tinha comida, nem cesta básica” e “era difícil chegar ao mercado mais próximo”, lembram as mulheres. Em 2012⁸, registra-se a derrubada de barracos e que a alimentação era “apertada, não se comia bem”.

À medida que o rio corre, as divergências começam a aparecer: desenhos registram **a presença de equipamentos públicos**, demonstrando que, ao longo do tempo, o “nada” se transformou em “algumas coisas”, como terminal de ônibus e posto de saúde. Outro registro, em palavras sobre os desenhos e em cor diferente (azul), informa que “falta”, ou seja, **os serviços existem, mas são insuficientes**. Ou ainda, que a situação melhorou em comparação ao início dos anos 2000, mas ainda não está adequada. As anotações em azul registram outra ausência, a de hortas comunitárias, mas, em contrapartida, a presença de “muitas bebidas alcoólicas”.

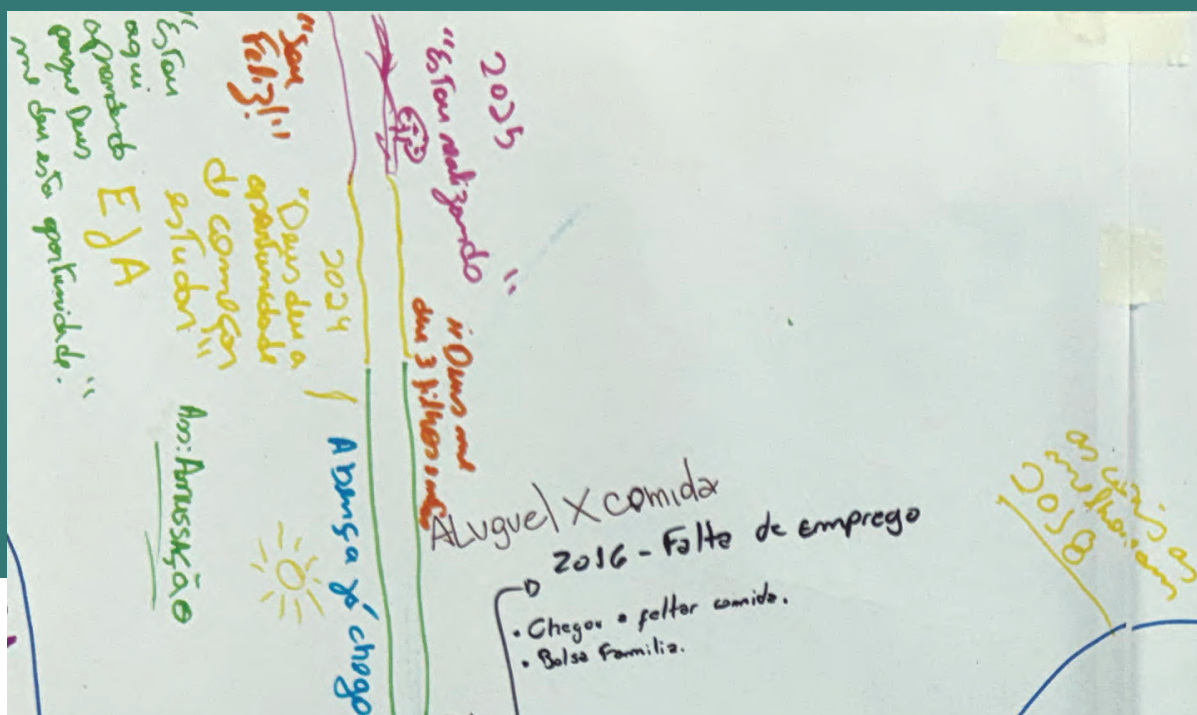
Em 2016, registra-se que chegou a faltar comida e acesso ao Bolsa Família na margem de cima do rio. **A violação do direito à alimentação manifesta-se ilustrada pela injusta escolha entre pagar o aluguel ou comprar alimentos**. Outro registro dá conta de que, a partir de 2018, a vida começou a melhorar⁹.

Ainda que os registros dos anos atuais demonstrem melhorias significativas na realidade das mulheres do grupo, as divergências seguem denunciando que a perspectiva importa. Enquanto uma delas menciona que em 2025 estaria “no céu”, outra discorda veementemente, sem que a discussão avance muito. **São registrados equipamentos públicos como escolas, unidade básica de saúde (UBS) e restaurantes comunitários, além de equipamentos comerciais, como mercados e sacolões**. Deseñham-se ainda uma igreja, algumas casas com um jardim e, novamente em palavras, registram-se as **“faltas” (agora em vermelho): escolas de ensino fundamental e médio, educação de jovens e adultos (EJA), creches, agência do trabalhador, delegacias e abrigos públicos para animais**. Alguém registra “não vejo melhora”; outra, que “as proteínas e frutas estão caras e já não há mais pés de abacate e de banana”. **A falta**

7. Sendo o objetivo da atividade conhecer as percepções das mulheres sobre a sua realidade, em especial sobre o Dhana, não foram buscados consensos. Quando houve divergência, as partes foram ouvidas, e as posições, registradas. Dessa forma, os registros nos cartazes não representam uma unanimidade entre as participantes do grupo, nem a avaliação de uma pessoa de forma isolada, à exceção de um caso específico que é tratado como tal no texto.

8. Em 2013, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) registrou os melhores resultados de segurança alimentar da história do país. A situação de fome em 2012, citada pelas mulheres do Sol Nascente, chama a atenção para pelo menos três pontos relevantes: 1) a fome nunca acabou no Brasil; 2) esse grupo de mulheres predominantemente negras, moradoras de uma periferia urbana, é a imagem do que se convencionou chamar de “núcleo duro da fome”, ou seja, a porcentagem da população que permanece em situação de insegurança alimentar grave, ainda que o cenário geral melhore; e 3) embora a porcentagem de pessoas com fome seja “pequena”, é inaceitável, pois se trata de pessoas, famílias, e não números.

9. Entre 2015 e 2018, o Distrito Federal foi governado por Rodrigo Rollemberg.



que os direitos humanos sejam garantidos no Trecho 3 do Sol Nascente.

Há um registro específico, “um afluente” do rio maior, que mereceu destaque pelo reconhecimento das outras mulheres, que insistiam para que ela registrasse sua experiência. Trata-se de uma senhora, respeitada pelas demais por ter uma história de vida muito dura e que, talvez pela idade avançada (mais de 70 anos), ou exatamente por ter vivido muitas situações difíceis e estar melhor agora, mostrou-se muito falante e brincalhona.

Pedindo ajuda a um pesquisador, que desenhou um “afluente” do rio só dela, ela se diz abençoada por diversas vezes: “Estou realizando”, “Deus me deu três filhos e netos”, “Sou feliz”, “Estou aqui aprendendo porque Deus me deu esta oportunidade”, “**Deus me deu a oportunidade de estudar (no EJA)**”; “**A ‘bença’ chegou!**”.

Esse registro demonstra a importância da educação na vida dessa mulher e o quanto o Estado não é percebido como o responsável por garantir esse direito, que lhe foi negado durante toda a vida.

Apesar de perspectivas distintas, é possível identificar, por meio das histórias contadas pelas mulheres durante a elaboração do rio, que, em razão de uma vida pregressa de muita privação, violação de direitos e precariedade, algumas avaliam que o que têm agora está muito bom. Quando confrontadas por outras sobre problemas como acesso à saúde, à educação e a alimentos de qualidade e variedade, elas concordam que poderia melhorar, mas seu parâmetro inicial parece lhes dizer que “já está bom”.

Essa percepção pode ser observada em outros momentos dos encontros, por exemplo, quando as mulheres, indagadas sobre sua comida preferida, respondem: “a que tem”, “qualquer uma”, “pobre não tem preferência” etc. Ela reforça a distância da alimentação adequada e saudável como um direito na visão dessas mulheres.

Concretamente, hoje a comunidade conta com quantidade insuficiente de equipamentos públicos e relata, de modo geral, **escassez de oportunidades dignas e recursos, que afetam diretamente o acesso a uma alimentação adequada.**

DESAFIOS, BARREIRAS E FORMAS DE RESISTÊNCIA DAS MULHERES RESIDENTES NO TRECHO 3 DO SOL NASCENTE

Esta seção discute que as mulheres da comunidade são agentes ativas que navegam em um cenário de exclusão sistêmica por meio de complexas estratégias de resiliência e, ao mesmo tempo, articulam visões claras para um desenvolvimento comunitário autônomo e sustentável.

No momento de compartilhamento dos grupos, formou-se uma roda de conversa em que os tópicos apresentados puderam ser discutidos por todas conjuntamente. As pesquisadoras fizeram perguntas para estimular as falas sobre pontos relevantes para a pesquisa.

O acesso ao emprego formal é um pilar para a estabilidade econômica e a inclusão social. Contudo, os relatos das mulheres da comunidade revelam que esse acesso é frequentemente obstruído por barreiras discriminatórias e profundamente enraizadas. **Os relatos convergem para um diagnóstico de exclusão que opera em múltiplas frentes, limitando severamente suas oportunidades e perpetuando ciclos de vulnerabilidade.**

Uma das barreiras mais imediatas é o estigma territorial, a discriminação associada ao local de moradia. As participantes descrevem como a simples menção do endereço em um processo seletivo pode gerar uma reação negativa. Esse preconceito funciona como um filtro excludente, desqualificando candidatas antes mesmo da avaliação de suas competências, reforçando a marginalização da comunidade. **Os depoimentos expõem como a interseção de raça, gênero, classe, faixa etária e território cria barreira qualitativamente intransponível no acesso a direitos.**

O caso da filha de uma das participantes, uma jovem de 24 anos, “preta, periférica” (como se identifica), é emblemático. Apesar de seu capital educacional (cursando universidade e aprovada em estágio no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), ela enfrenta recusa para um “emprego *top*” devido ao seu “estereótipo” e “estilo”. A agência e a expressão de identidade da jovem colidem com a exigência de conformidade do mercado de trabalho, que, nas palavras da mãe, “querem uma vitrine para os empregos”. Essa experiência contrasta com a “facilidade” percebida para sua outra filha, “parda”, ilustrando como o racismo opera de forma complexa e gradual. **A barreira interseccional, portanto, não apenas subutiliza o potencial de jovens qualificados, mas penaliza a própria expressão da identidade periférica e da autonomia.**

Mesmo quando o acesso ao emprego é conquistado, as condições são frequentemente precárias. O relato de outra participante, migrante do Maranhão que trabalhava como doméstica em Taguatinga, ilustra a precarização do trabalho de cuidado, realidade que se insere na histórica divisão sexual do trabalho e afeta desproporcionalmente mulheres ne-

gras e migrantes. Sua jornada de “quinzena” a forçava a passar 15 dias consecutivos na casa dos empregadores, sem horário definido, pois precisava cuidar de uma criança durante a noite, enquanto sua filha ficou com a avó no seu estado natal, já que não tinha como cuidar com esse horário de trabalho. O próprio grupo concluiu que se tratava de “um tipo de exploração”.

A precarização e a exploração no trabalho formal não apenas violam direitos, mas também funcionam como catalisador para a busca de alternativas econômicas, ainda que estas se deem no terreno instável da informalidade, como será explorado a seguir.

A exclusão sistemática do mercado formal não resulta em passividade. Pelo contrário, impulsiona a criação de um vibrante, porém precário, ecossistema de sobrevivência econômica, discutido como “viração” (Abílio, 2017 *apud* Abílio, 2021)¹⁰. Essas estratégias, inseridas na informalidade estrutural, demonstram resiliência e criatividade, onde a autonomia é buscada fora das estruturas que as rejeitam.

A venda de alimentos surge como alternativa. Os relatos incluem a venda de “churrasco em jantinha” (refeição noturna), “coxinha” e “caldo”. Uma participante descreveu o sucesso de seu negócio de churrasco, que rendia “[R\$] 900 no bolso” em uma noite. No entanto, a atividade era exaustiva, operando “de domingo a domingo”, e ela relata: “eu encerrei, né? Encerrei, foi mais nada e tô de boa”. Esse desfecho mostra que, embora potencialmente lucrativo, o empreendedorismo por necessidade pode ser física e mentalmente exaustivo. Ademais, o sucesso informal depende de condições favoráveis, como ilustra outra mulher que não consegue iniciar um negócio de “botar uma garrafa de café” (vender cafezinho) por falta de um “ponto melhor”.

A aposentadoria não representa segurança financeira. Uma participante aposentada afir-

mou categoricamente: “eu nem posso parar não”, indicando que o benefício é insuficiente. Além do fator econômico, há a dimensão psicossocial: “quando eu fico a semana inteira em casa, eu me sinto..., sabe?”. O trabalho, mesmo informal, mantém-se como pilar para a saúde mental e o senso de propósito.

Após deixar o emprego como trabalhadora doméstica, uma das participantes passou a coletar material reciclável (“catando as coisas”) com um carrinho. Essa iniciativa demonstra aumento do nível de precarização do trabalho de mulheres negras retintas na sociedade, que buscam em atividades marginalizadas um meio de subsistência, representando, portanto, mais uma faceta da “subsunção real da viração” (Abílio, 2017).

Reflexo das iniquidades, os relatos demonstram as dificuldades para romper a continuidade geracional da pobreza vivenciada por mulheres negras nos territórios. Fatores como escolaridade, gênero, raça, idade e classe social se somam, resultando em realidade de precarização do trabalho e violação de direitos. Além de suas próprias estratégias, a segurança das famílias depende de redes de apoio externas, especialmente no que tange à alimentação.

As redes de apoio formais e informais são cruciais para a resiliência comunitária. Porém, a opinião das participantes sobre os programas sociais revela clara distinção entre iniciativas que promovem a dignidade e aquelas que geram humilhação, **destacando a importância da gestão na implementação de políticas públicas.**

O Programa Mesa Brasil teve uma boa recepção entre elas, sendo descrito como “o melhor projeto”, “nota 10” e “coisa séria, bem organizada”. O Mesa Brasil é a maior rede de bancos de alimentos privada da América Latina, uma iniciativa do Serviço Social do Comércio (Sesc) que recebe excedentes de alimentos de em-

¹⁰. A noção de “subsunção real da viração”, elaborada por Abílio (2017 *apud* Abílio, 2021), descreve como formas periféricas de sobrevivência, muitas vezes marcadas pela fluidez entre trabalho, informalidade e relações pessoais. “Viração” é um termo informal, advindo da expressão “se virar” e vem sendo absorvido no mundo acadêmico que estuda o fenômeno.

presas e produtores os distribui a instituições sociais cadastradas que atendem pessoas em vulnerabilidade social – é o caso da associação comunitária Economia Solidária, que distribui esses alimentos entre as famílias, em um sistema percebido como eficiente e respeitoso.

No primeiro caso, as mulheres reconhecem que a EcoSol é um local onde buscam alimentos e são tratadas de forma digna. O pesquisador comunitário, coordenador desse espaço, que ainda oferece cursos em parceria com a universidade e outras instituições, recebe regularmente

alimentos do Mesa Brasil e de outros lugares de forma menos regular, distribuindo-os entre as mulheres que vivem no território. Por outro lado, críticas foram relatadas sobre o ambiente da Feira do Produtor, como excludente, seletivo e hostil à circulação das mulheres.

Já um supermercado presente com várias lojas foi referido como um parceiro importante. Uma das interlocutoras, no Trecho 3, menciona que “é um pai” por doar alimentos e transportá-los até a comunidade. As experiências de doação são muito marcantes, principalmente nesse



trecho 3, porque, além de demonstrar que essa é a noção de “apoio” à alimentação que percebem imediatamente, vêm acompanhadas de relatos de humilhação e desrespeito em outros lugares que doam alimentos. Esse ponto será tratado adiante.

O Restaurante Comunitário do Sol Nascente (referido como “Rorizão”, alusão ao ex-governador) foi positivamente avaliado pela qualidade da comida – “boa”, “balanceada”, com “suco” e “sobremesa” – e pela conveniência da “comida pronta”. Apesar disso, sua distância do Trecho 3 faz com que não seja alternativa prioritária para a alimentação diária das mulheres, visto que é preciso tomar uma ou mais conduções para acessá-lo.

Emerge do diálogo um desejo por maior controle sobre a alimentação, manifestado no interesse em comprar alimentos frescos diretamente de uma chácara local ou na criação de uma horta comunitária nas proximidades da sede da EcoSol. **Essa aspiração conecta as condições atuais aos anseios por um futuro mais saudável e autossuficiente.**

Para além dos desafios diários, os diálogos revelaram aspirações por qualidade de vida. Essas visões de futuro não são desejos isolados, mas facetas de um mesmo projeto coletivo: a busca por autonomia, tanto no plano econômico quanto no alimentar. **Tais aspirações representam oportunidades para o desenvolvimento de projetos alinhados às demandas locais.**

O anseio pela soberania econômica manifesta-se no desejo de transitar do trabalho por necessidade para um empreendedorismo que gere satisfação. O relato da mulher aposentada que planeja “fazer uma coisinha para mim e parar” quando encontrar um ponto comercial mais favorável é representativo dessa **procura**

por uma atividade que traga não apenas renda, mas realização pessoal e controle sobre o próprio trabalho.

A busca por autonomia alimentar e pela requalificação do espaço público materializa-se no interesse coletivo em criar uma horta comunitária. As participantes identificaram a “falta de espaço” como a principal barreira, mas já articulam uma solução: utilizar as bacias de contenção de água pluvial existentes na comunidade. A visão para o projeto é ampla, inspirada em iniciativa similar que evoluiu para “tipo um parque”, aproveitando a água para irrigação e criando local de lazer. **A horta, portanto, é vista como projeto multifacetado que promove alimentação saudável, geração de renda e, fundamentalmente, coesão social por meio do trabalho coletivo.**

O presente registro exemplifica que as mulheres da comunidade são agentes que enfrentam ativamente barreiras estruturais, como o estigma territorial e a discriminação interseccional, que minam seu acesso ao trabalho digno e a outros direitos. Em resposta, mobilizam uma resiliente “economia da viração”, que, embora vital para a sobrevivência, mantém-nas em um estado de precariedade. **As aspirações por projetos coletivos e pela criação da horta não são apenas desejos, mas um projeto político pela conquista de autonomia econômica e alimentar.**

Por fim, os resultados deste relatório reforçam a importância de ouvir e incorporar as vozes da comunidade no desenho e na implementação de iniciativas de desenvolvimento social. Somente por meio de um processo que reconheça as mulheres do território como protagonistas de suas próprias histórias é possível construir soluções verdadeiramente transformadoras e que gerem autonomia e inclusão social.



CULMINÂNCIA

COMPARTILHAMENTO E VALIDAÇÃO DOS RESULTADOS JUNTO ÀS COMUNIDADES DOS TRECHOS 2 E 3 DO SOL NASCENTE

O PROCESSO PARTICIPATIVO COMO INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO

O encontro de culminância do projeto MultiplicaSSAN, realizado em 10 de janeiro de 2026, representou o encerramento de um ciclo estratégico de diagnóstico voltado à soberania alimentar e aos direitos humanos nos trechos 2 e 3 do Sol Nascente. Sob mediação técnica da equipe MultiplicaSSAN da Universidade de Brasília (UnB) e apoio da FIAN Brasil, esse espaço foi fundamental para a validação coletiva dos dados colhidos em etapas prévias de encontros e visitas técnicas. Mais do que apresentação de resultados, a atividade consolidou um fórum de tradução de vivências em evidências políticas.

Esta análise transita do campo da subjetividade dos relatos orais para a objetividade do dado analítico, visando subsidiar a incidência em políticas públicas e a reparação histórica desse território. A metodologia adotou a escuta das lideranças comunitárias e dos participantes dos encontros como base de validade técnica, reconhecendo que a expertise territorial é o alicerce indispensável para qualquer intervenção estatal e institucional eficaz.

O escopo deste documento divide-se entre a denúncia da presença estatal insuficiente – por vezes se aproximando, em repetidos relatos, de negligência institucional sistemática – e a cartografia de um ecossistema de parcerias que personifica a resistência coletiva. Ao examinar o nexo entre precarização da vida e organização popular, este diagnóstico expõe a urgência de transpor o modelo de assistência fragmentada para uma política de direitos efetivos (universais, equitativos, interdependentes etc.). Essa transição exige, primeiramente, o reconhecimento das violações que forçam a comunidade a uma luta ininterrupta pela sobrevivência.

A seguir, reafirmam-se aspectos discutidos anteriormente e atualizam-se outros, resultado que demonstrou a fidelidade entre as análises do que foi compartilhado pelas mulheres em cada território e atividades realizadas no âmbito deste diagnóstico.

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A DESCARACTERIZAÇÃO DO DIREITO

A segurança alimentar e nutricional no Sol Nascente é atravessada por uma crise de autonomia que fere o **direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana)**. A alimentação é reduzida ao plano da sobrevivência imediata, em que o ato de comer é ditado pelo “que tem disponível”, e não por uma escolha soberana ou culturalmente relevante. A precarização do trabalho, marcada pela informalidade e pela baixa escolaridade provida pelo próprio Estado, condena as famílias a um ciclo de dependência de doações, muitas vezes permeado por práticas de clientelismo e humilhação. Um exemplo:



A gente tem que ter condições pra gente comprar o nosso próprio alimento, não ter que sair da sua casa para ir almoçar no lugar e comer uma fruta, dependendo de uma caridade.

O dilema orçamentário é cruel: a renda insuficiente força as mulheres a escolher entre o pagamento de serviços básicos ou a compra de mantimentos. A fome, nesse contexto, é reflexo direto da ausência de políticas de emprego e de renda territorializadas, como externou outra participante:

Ela tem casa própria e a casa é boa. Mas ela tem fome. Qualquer pessoa pode ter uma fase difícil. Eles vão comer a casa? Ninguém come parede, não. Vai comer tijolinho?

A alimentação no território é, muitas vezes, desprovida de suas dimensões ampliadas de direito humano e reduzida a uma “necessidade biológica” ditada pela escassez. **Enquanto o Trecho 2 apresenta maior resiliência, fruto da formação política durante o trabalho com a Cozinha Solidária e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Trecho 3, em grande parte, apresenta dependência de doações erráticas, por vezes marcadas por clientelismo e humilhação.**

CICLO DA RENDA INSUFICIENTE E O TRABALHO PRECÁRIO

A insegurança alimentar no Sol Nascente parece resultado previsível da estrutura de custos imposta às famílias. Sob negligência institucional sistemática, a limitação escolar no Trecho 3 (oferta apenas até o 4º ano do ensino fundamental 1), por exemplo, pode reforçar a situação de subemprego, perpetuando-a às próximas gerações. O cálculo de sobrevivência é insustentável: com aluguéis que oscilam entre R\$ 700 e R\$ 900 e gastos com medicamentos para doenças crônicas que atingem R\$ 500 mensais, o salário mínimo é exaurido antes que a primeira caloria seja adquirida. **A violação do direito à velhice digna é face perversa dessa crise, evidenciada por idosas que são forçadas a “catar latinha e papelão às 4 da manhã” para complementar rendas inexistentes.**

Uma discussão que surgiu com qualidade nesse encontro foi a presença do Programa Bolsa Família (PBF) no território. Enquanto em encontros anteriores o PBF aparecia como “humilhação”, aqui ele surge como complemento de renda necessário. Provavelmente sem conhecer as discussões sobre a Renda Mínima Cidadã, a proposta de uma delas, que ganhou a simpatia de outras, era que o Bolsa Família tivesse esse papel, de complementar a renda das famílias pobres, de forma permanente: **“Eu penso que o problema é: por que cortar o Bolsa Família se a pessoa arrumou um trabalho? (...) se a pessoa vai ganhar um salário mínimo, né? O Bolsa Família é pra ajudar na renda da pessoa”.**

Ainda que essa discussão não tenha avançado muito, a ponto de aparecer no grupo maior ou como recomendação, ela levanta possibilidade de reflexão para além do óbvio e da lógica da caridade que, provavelmente, é a que mobiliza as pessoas a se sentirem humilhadas por precisar do programa, como mencionado no Encontro 1 do Trecho 3.

Outro ponto que apareceu com destaque nesse último encontro foi a preocupação com a qualidade de vida da população idosa do Sol Nascente, uma vez que as mulheres se veem envelhecendo sem o amparo do Estado. Soluções como a criação de espaços de convivência e a promoção de atividades direcionadas a esse público foram compartilhadas pelas participantes. Programas voltados a essa população são recentes no Distrito Federal. Em 2025, a partir de iniciativa da Secretaria de Justiça do DF, o Programa Viver 60+ foi adotado pelo governo, ofertando oficinas, capacitações, lazer e cultura a idosos. No entanto, o programa ainda não possui base no Sol Nascente, e a população 60+ na região segue desassistida.



BARREIRAS INSTITUCIONAIS E A DIGITALIZAÇÃO DA EXCLUSÃO

Segundo relatam, o acesso ao sistema de proteção social sofre processo de privatização ilícita. Denúncias seguem apontando que o agendamento no Centro de Referência de Assistência Social (Cras), que deveria ser serviço público gratuito, é mediado por terceiros que cobram para conseguir horário de atendimento. Desde 2020, os agendamentos para cadastro ou atualização do CadÚnico são feitos por telefone, no número 156, opção 3. Assim, a fila, que antes era presencial nas unidades do Cras, tornou-se virtual, passando a imagem de que o problema histórico foi resolvido.

Além da assistência social, em 2025 a saúde concretizou a digitalização forçada através do aplicativo “Meu SUS”. É possível afirmar, a partir dos relatos, que aplicativos para acessar serviços públicos funcionam como mecanismo de exclusão digital para uma população com baixo letramento tecnológico. Somada aos relatos de cidadãos aguardando vários anos por cirurgias e atendimentos na atenção secundária e terciária tem-se, a partir deste ano, a impossibilidade de conseguir atendimentos nas unidades básicas de saúde (UBS). Esse cenário de abandono compromete a integridade física e mental da população, como mostra esta fala:

Eu sempre falo que a comunidade está doente, a população tá doente. Que precisamos de ser visto isso, que na verdade não é visto. A saúde mental é um problema seriíssimo (...) E ter as condições que as pessoas estão vivendo hoje [de fome], isso afeta mais ainda a saúde mental da pessoa.



SÍNTESE DE VIOLAÇÕES INSTITUCIONAIS

- **Cras** — inaccessibilidade e percepção de atendimento como “favor”, relatos de humilhação para acessar serviços. Persistem denúncias graves de corrupção e venda de lugares na fila para serviços que deveriam ser gratuitos.
- **UBS** — déficit de médicos e barreiras tecnológicas, mais relatos de humilhação para acessar serviços. Destaca-se o relato da espera de sete anos por uma cirurgia.
- **Educação** — no Trecho 3, a oferta escolar é limitada ao 4º ano do ensino fundamental 1, forçando crianças a deslocamentos perigosos e não coordenados. A principal demanda é o fim do “teto escolar” no Trecho 3. A ausência de ensino fundamental 2 e ensino médio pode impactar na perpetuação da pobreza. A comunidade reivindica cursos profissionalizantes em gastronomia, costura e artesanato, voltados para geração de renda interna e empreendedorismo comunitário.
- **Saneamento (Caesb)** — famílias enfrentam “bomba” financeira com cobranças abusivas e retroativas, referentes a períodos em que não existiam hidrômetros instalados. Essas dívidas, enviadas a cartórios e a SPC e Serasa, funcionam como lista de restrição de créditos, impedindo acesso futuro a financiamentos e direitos habitacionais.

Diante desse cenário em que o Estado atua como barreira, a comunidade é compelida a articular suas próprias formas de governança paralela por meio de redes de apoio.

O ECOSISTEMA DE PARCERIAS COMUNITÁRIAS

JUNTAMENTE COM AS análises das violações de direitos, foi objeto de validação o mapeamento das parcerias entre outras organizações e as comunidades. No encontro, foram confirmados os parceiros listados anteriormente, suas linhas de atuação na comunidade e os níveis de confiança.

TIPOLOGIA E ATUAÇÃO DOS PARCEIROS TERRITORIAIS

As parcerias territoriais no Sol Nascente não são meramente assistenciais; representam estratégia política de preenchimento dos vácuos estatais para a garantia de direitos negados. Enquanto o Estado é visto com desconfiança, atores da academia e da sociedade civil gozam de alta legitimidade por estarem presentes no cotidiano. No entanto, essas parcerias operam no limite da exaustão: lideranças comunitárias estão “pagando para trabalhar”, custeando água, luz e manutenção de espaços coletivos com seus próprios recursos pessoais para manter vivas as redes de proteção.



Quadro 7. Comparativo de dinâmicas territoriais

Dimensão	Trecho 2	Trecho 3
Produção de alimentos	Hortas consolidadas (UBS 16 e cozinha solidária); foco em colheita e manutenção.	Fase de planejamento/luta; projeto de horta comunitária e Jardim de Chuva na bacia.
Educação/formação	Reforço escolar; projetos de arquitetura e moradia digna (Panã).	Alfabetização (EJA); demanda por infraestrutura escolar para além do 4º ano do fundamental 1.
Atores principais	Panã, MultiplicaSSAN, Fiocruz, Juntos, UBS 16 (lideranças), MPA.	EcoSol, Mesa Brasil (parceria de alta confiança).

Fonte: Elaboração própria

Exemplo interessante é a horta criada na UBS 16, unidade de referência para a comunidade do Trecho 2, atividade que, a despeito de ocorrer no espaço do serviço de saúde e congrega comunidade e apoiadores, é gerenciada e mantida majoritariamente pelas lideranças, conforme relatado:

Ontem nós até tivemos lá na UBS 16 e colhemos. Tem um mês e 11 dias que foram plantadas as coisas e ontem já foram colhidas. Foi colhido alface, acelga, couve, pimenta, mostarda e outras coisas que eu não me lembro agora no momento.

Apesar do sucesso da colheita, celebrada e que atraiu visitantes de universidades estrangeiras, a falta de financiamento contínuo e a ausência de remuneração das lideranças limitam sua sustentabilidade. O ecossistema de parcerias comunitárias é composto por atores diversos que oferecem serviços e apoio à comunidade:

- Academia, pesquisa e extensão: a UnB (faculdades de Arquitetura e Pedagogia) e a Fiocruz Brasília são parceiras estratégicas na assistência técnica, formação de pesquisadores populares e visibilidade internacional (como a visita de pesquisadores de Harvard ao Trecho 2). O MultiplicaSSAN atua na formação em Dhana, no reforço escolar das crianças e em atividades comunitárias específicas, como eventos comunitários.
- Articulação política: mandatos progressistas atuam na destinação de emendas parlamentares e na defesa de direitos.
- Sociedade civil: ONGs como o Prato Verde Sustentável apoiam a implementação de hortas comunitárias, e programas como o Mesa Brasil (Sesc) atuam na provisão de alimentos — este último reconhecido pela seriedade e rigor na entrega de alimentos no Trecho 3.
- Instituições locais: o Instituto Carinho e coletivos como o Panã focam na moradia digna e no reforço escolar.

O PAPEL DAS HORTAS COMUNITÁRIAS

No Trecho 2, as hortas comunitárias, como a da UBS 16, demonstraram eficácia na provisão de alimentos e plantas medicinais, e o Coletivo Casa de Maria surge com a aspiração de gerar autonomia, empoderamento de mulheres e transformação do território.

Nas últimas semanas de janeiro, o Coletivo Casa de Maria, em parceria com a ONG Prato Verde Sustentável, construiu canteiros na área em frente à sede da Casa, ameaçada de ocupação por um vizinho. Essa mobilização reforça os níveis de confiança entre o coletivo e tais parceiros, bem como o projeto de criar hortas comunitárias na região. Indica, ainda, que a horta é instrumento potente de mobilização e fortalecimento de vínculos comunitários e institucionais no território.

INTERFACES CONFLITUOSAS COM O ESTADO

Há assimetria na presença estatal: enquanto a UBS 16, no Trecho 2, é parceira ativa em vacinação e prevenção, o Trecho 3 padece de um isolamento institucional. Além da presença estatal insuficiente, há denúncias de práticas clientelistas e humilhantes em equipamentos públicos.

Além do relato de situações humilhantes também em espaços públicos como saúde e assistência social, há percepção de distanciamento entre o Estado e a população, de que os gestores públicos não conhecem a realidade do Sol Nascente. Daí surge demanda por um representante local na administração pública que dialogue com a comunidade, já que, segundo relatos, o administrador local nem sequer é conhecido pelos moradores participantes do encontro.

Por outro lado, as lideranças locais se esforçam para absorver o impacto da ausência do Estado, buscando resolver demandas comunitárias que vão desde prover alimentos e cursos de capacitação até organizar denúncias e audiências públicas por direitos. Essa atuação promove resiliência na comunidade.

Para que essa resiliência não se torne um fardo eterno sobre as lideranças, é necessário projetar a autonomia do território. Entre as duas comunidades, apenas o Trecho 2, por ter seu histórico vinculado a um movimento social estabelecido, apresentou parcerias político-partidárias. Tal diferença reflete-se no nível de politização das comunidades e na amplitude das possibilidades de parcerias e fomentos. A comunidade da EcoSol, por sua vez, demonstra maior fragilidade quanto ao número de parceiros políticos e baixos níveis de confiança em relação a parceiros que doam alimentos. Por outro lado, contam com o Mesa Brasil, que confere estrutura para oferta constante de alimentos, e com a UnB, que oferece cursos. No espaço da EcoSol, realizam-se desde cursos de EJA, formações em saúde até cursos de costura para capacitação e geração de renda.

SUSTENTABILIDADE DAS LIDERANÇAS

A dimensão comunitária do território Sol Nascente deve ser valorizada pelo Estado no contexto da participação social das políticas públicas de proteção social e segurança alimentar nutricional. O reconhecimento das lideranças comunitárias foi um novo aspecto levantado no encontro de culminância. A exaustão das lideranças, que frequentemente abdicam de empregos formais para gerir questões do território, exige a criação de mecanismos de remuneração institucionalizada, como bolsas ou contrapartidas, para evitar a pauperização de quem sustenta a rede social da região.

O desafio que se apresenta para futuros projetos e ações liderados por instituições e parceiros é a definição da contrapartida pelos serviços sociais prestados pelas lideranças comunitárias, que muitas vezes promovem o acesso a direitos de suas comunidades, mas vivem de forma precária em suas vidas privadas.

RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

Ao realizar a atividade de priorização de ações com as duas comunidades, foi apresentada a lista de recomendações ao Estado, a partir da qual foram priorizadas as destacadas:

0. Implementar creches, escolas de **ensino fundamental 2 e ensino médio e para a última etapa do EJA**, no Trecho 3, ou transporte escolar gratuito e de qualidade para levar as pessoas que estudam até as escolas;
1. Resolver, **de maneira definitiva**, a erosão no Trecho 3, realocando as famílias em áreas de risco para locais seguros e adequados;
2. Implementar **hortas comunitárias e comércios de alimentos frescos**, direito do produtor, a preço justo;
3. Ampliar a oferta mercados que vendam **alimentos in natura e minimamente processados** nos dois territórios (atualmente é preciso usar condução para comprar alimentos com preço acessível);
4. Instalar **agência do trabalhador, delegacia e abrigo público para animais** no Sol Nascente;
5. Ampliar as **oportunidades de trabalho e renda** e melhorar as **condições de trabalho** na região (economia solidária, direitos trabalhistas no trabalho informal);
6. Realizar ações efetivas de **combate ao racismo** no trabalho – fiscalização e mediação com empregadores;

7. Melhorar os **processos administrativos do Programa Prato Cheio** (muitas reclamações de atraso no recebimento) e aumentar o valor pago às famílias;

8. Ampliar **transparência e participação social** na gestão dos serviços e programas sociais (audiências públicas mais frequentes);

9. Resolver definitivamente a **corrupção nos Cras**, que segue com denúncias de venda de lugar na fila para atendimento de serviço gratuito;

10. Criar espaços coletivos, como **cozinhas comunitárias e praças de lazer**;

11. Garantir **transporte público gratuito e de qualidade**.

Este diagnóstico evidencia que o Sol Nascente é território de extrema potência organizativa, mas, sob muitos aspectos, sujeito à intermitência e à ausência estatal – que, em certos relatos, ganha contornos de negligência. Para a reparação desses direitos, surgiram recomendações novas e mais pontuais durante o Encontro de Culminância:

1. Auditoria e suspensão de cobranças: interrupção imediata das cobranças de “dívidas-fantasmas” da Caesb, no Trecho 3, até a conclusão de uma auditoria técnica que comprove a inexistência de medição no período cobrado.

2. Transparência institucional: erradicação da privatização ilícita do acesso ao Cras e à saúde, por meio da abertura de canais presenciais de agendamento e fiscalização rigorosa contra a “venda de senhas”.

3. Segurança no acesso à educação: instituição de protocolo de transporte escolar seguro para o Trecho 3, além da expansão imediata da rede física escolar para os ensinos fundamental 2 e médio.

4. Sustentabilidade comunitária: criação de fundos públicos para remuneração de lideranças territoriais e custeio de infraestrutura básica (água/luz) para as hortas e cozinhas comunitárias.

ENTRE A AUSÊNCIA DO ESTADO E A GESTÃO COMUNITÁRIA DE PROBLEMAS ESTRUTURAIS

As parcerias e estratégias de gestão comunitária não são meros complementos, e sim respostas políticas diretas à violação de direitos. **A comunidade articula redes de cuidado que desafiam a lógica do “favor” estatal. Entretanto, é preciso cuidar para que esse esforço coletivo não sirva de pretexto para o Estado se desonerar de suas obrigações.** A gestão da escassez feita pelas mulheres líderes é um ato de resistência, mas também de sobrecarga.

Sobre a participação popular, ponto levantado no Encontro do Trecho 2 e retomado na culminância, a reflexão do grupo foi de que ela é muito

importante, mas há descrédito imenso nas instituições do Estado. Muitas vezes, as pessoas reclamam, as lideranças correm para conseguir espaço para denúncia ou pedido de prestação de contas, e, no final, as pessoas que pediram providências não comparecem. Tal constatação parece reforçar a presença e a relevância de pessoas de referência no território que orientam e mobilizam a comunidade, mas reafirma sua sobrecarga. Por fim, é importante mencionar que mesmo as lideranças nem sempre sabem onde e como exigir os direitos coletivos.

O objetivo político de algumas parcerias é qualificar a interlocução institucional, exigindo que o poder público deixe de ser entrave e passe a cumprir suas obrigações. A expectativa é de uma transição da caridade para o direito: “A gente precisa que o posto de saúde enxergue a comunidade como parceira, e não como inimiga. O Estado tem que ouvir o que está acontecendo aqui”, como reivindica uma das participantes.

Entre as propostas e recomendações, destacou-se a necessidade de um espaço cozinha-escola ou cozinha comunitária, demanda já sentida anteriormente pelas mulheres do Coletivo Casa de Maria – elas já se organizam para construir esse espaço que, certamente contribuirá para a realização do Dhana no Sol Nascente.

O processo de culminância do MultiplicaSSAN reafirmou que a insegurança alimentar e nutricional, a falta de escolas no Trecho 3, a corrupção no Cras e as cobranças indevidas da Caesb não são problemas isolados, mas violações estruturais. Este relatório é o fundamento técnico e ético das recomendações ao Estado, que exigem a transição da sobrevivência para a plena garantia de direitos.

Diante desse cenário, o Governo do Distrito Federal (GDF) e a União precisam assumir suas responsabilidades constitucionais, garantindo a implementação urgente de ensino fundamental 2 e EJA no Trecho 3, a revisão das dívidas ilegais de saneamento e o fim da digitalização excludente na saúde e na assistência. Respeitar a autonomia e o conhecimento produzido pelas mulheres do Sol Nascente é o único caminho para que a segurança alimentar e a justiça social deixem de ser “milagre” da articulação comunitária e se tornem política pública permanente.

O Sol Nascente demonstra ser território de direitos a restituir. O reconhecimento da luta da comunidade e o fim da violência burocrática devem ser caminhos possíveis para que a sobrevivência se transforme em cidadania plena.



SÍNTESE DOS RESULTADOS

A PARTIR DAS oficinas, encontros e observações de campo, foi possível delinear o contexto social e estrutural das condições de alimentação e nutrição das mulheres nos territórios estudados, a relação com algumas políticas e equipamentos públicos, bem como percepções sobre violações de direitos. Os dados foram sistematizados a partir dos registros dos encontros, anotações de campo, áudios e materiais produzidos pelas participantes.

A escuta participativa conduzida nos trechos 2 e 3 do Sol Nascente revelou cenário marcado por insegurança alimentar estrutural, ausência de políticas públicas eficazes e forte protagonismo comunitário como estratégia de enfrentamento às violações de direitos.

Em ambos os territórios, a alimentação aparece como um marcador central de desigualdades sociais, condicionada à renda instável, ao desemprego e à precariedade dos serviços públicos. A

Cozinha Solidária do MTST desempenhou papel fundamental na promoção do reconhecimento e garantia de uma alimentação adequada como direito, sendo reconhecida pelas participantes como espaço de resistência, cuidado e pertencimento, ainda que algumas pessoas do grupo não a frequentem mais devido à quebra de vínculos.

Parte de sua relevância fica evidente nos efeitos da politização vivenciada pelas lideranças do Coletivo Casa de Maria e participantes no Trecho 2, que trabalhavam e frequentavam a Cozinha do MTST, respectivamente. **As redes locais de solidariedade, especialmente entre mulheres, surgem como mecanismo cotidiano de proteção frente às vulnerabilidades impostas pela ausência do Estado.**

Com base nesses achados, que emergem diretamente das vozes das participantes, delineiam-se as seguintes implicações para políticas públicas:

Quadro 8. Implicações para políticas públicas

Frentes de ação/incidência	Descrição
Combate à discriminação sistêmica	Criar programas de fiscalização e mediação com empregadores locais para combater ativamente o estigma territorial e a discriminação racial e de gênero nos processos seletivos. Políticas de empregabilidade precisam considerar as barreiras específicas enfrentadas por mulheres negras das periferias, promovendo equidade no acesso ao trabalho digno.
Fortalecimento da economia popular e solidária	As políticas públicas devem reconhecer e apoiar as formas já existentes de geração de renda na comunidade, estruturadas a partir da colaboração, do cuidado e da solidariedade. O incentivo à economia popular e solidária (por meio de apoio técnico, acesso a microcrédito desburocratizado, infraestrutura compartilhada e espaços de comercialização seguros) representa uma alternativa real, valoriza os arranjos coletivos protagonizados sobretudo por mulheres e fortalece circuitos econômicos locais baseados na justiça social e no respeito às especificidades territoriais.
Apoio a projetos de autonomia comunitária	Políticas de desenvolvimento urbano e social devem destinar apoio técnico e material para viabilizar projetos de base, como a horta em bacias de contenção, reconhecendo seu potencial para promover segurança alimentar, requalificação do espaço público e fortalecimento da comunidade. Hortas comunitárias e quintais produtivos irrigados (assegurando produção durante todo o ano).
Garantia da dignidade no provimento da alimentação	O modelo de gestão do Mesa Brasil é reconhecido como transparente, participativo e digno, características importantes em ações de provimento da alimentação. No entanto, é preciso avançar para além de modelos de combate à fome pautados na lógica da doação e da filantropia, afirmando a alimentação como direito – a exemplo do Mesa Brasil em sua estrutura atual –, e avançar para políticas públicas que garantam a segurança alimentar e nutricional de forma universal, participativa e digna. Isso inclui fortalecer a intersetorialidade entre assistência social, saúde, educação e agricultura familiar, assegurar controle social efetivo e descentralizar a gestão dos alimentos, priorizando iniciativas comunitárias e mecanismos de autogestão.

Fonte: Elaboração própria

VIOLAÇÕES DE DIREITOS

A IDENTIFICAÇÃO DA omissão estatal deliberada no Sol Nascente é imperativa para a responsabilização dos órgãos públicos. Nesses territórios, a violação de direitos manifesta-se como uma estrutura de privação que força os

cidadãos a “escolhas difíceis”, evidenciando a indivisibilidade dos direitos humanos ao obrigar a população a sacrificar lazer, transporte ou higiene pessoal para concretizar alguma necessidade básica, como a de se alimentar.

VIOLAÇÕES E PERCEPÇÕES SOBRE DIREITOS

Desde as dinâmicas de apresentação, em que as participantes eram convidadas a falar também sobre sua comida preferida, foi possível notar uma percepção acerca dos alimentos distante da ideia de direito, em respostas como: “minha comida preferida é a que tem”; “não tem comida preferida”, “é a comida do pobre: arroz, feijão e bife”, “qualquer uma”. Ao abrirem mão da dimensão da escolha, do prazer e da cultura, inerentes ao **direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana)**, **essas mulheres expressam o que viveram ou vivem: comida não é direito, é necessidade, é a que for possível, quando possível, da forma que for possível.**

Essa percepção pode ser confirmada pelos relatos, no Trecho 3, de humilhação e clientelismo ligados à doação de alimentos na Feira do Produtor – mesmo na fala que diz que o supermercado “é um pai”, desnuda-se paternalismo incompatível com a noção de direito humano. **Ainda que, se perguntadas, elas digam que a alimentação é um direito, é compreensível uma tensão interna em razão de tantas vivências de negação desse direito.**

Não é de admirar que pessoas que ocuparam um território onde “não tinha nada”, em busca de vida mais digna, não esperem que o Estado garanta qualquer direito. Para elas, o “direito” não existe de fato, o que faz com que alguns serviços e estruturas públicas sejam percebidos como o “céu”. Parece ser também nesse sentido que o direito à educação na vida adulta é percebido como bênção divina. **Se o Estado não é responsável por garantir direitos, cabe ao divino realizar bênçãos nas vidas das pessoas.**

Essa noção, tão presente por razões óbvias no Brasil, contrapõe-se, em alguns momentos, a uma ideia insurgente de que é preciso exigir, lutar, “brigar” para conseguir algo. Nos dois territórios, as duas percepções coexistem, sendo que **a noção de que os direitos são conquistados via luta coletiva é mais presente no Trecho 2, onde muitas mulheres conseguiram sua casa na luta junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.**

No Trecho 2, a mesma mulher reivindica a importância da luta por moradia no início da ocupação e menciona, em outro momento, ter ido à Defensoria Pública e conseguido garantir sua demanda, demonstrando o caráter peda-

gógico da luta por direitos na construção da ideia de exigibilidade. Essa última fala, no entanto, é recebida pelas demais como algo isolado ou distante, quase com desdém. Para elas, o Estado não parece confiável ou garantidor de direitos, especialmente com todas as dificuldades de acessar programas como o Prato Cheio, os serviços de assistência social e de saúde. Apesar disso, em outro momento da conversa, alguém diz: “Pra tudo tinha que ter audiência pública!”, e várias concordam, o que aponta para o reconhecimento de que a participação social é um caminho possível.

Quanto às violações de direitos, esta parece ser a regra no Sol Nascente. **Mesmo não sendo explicitamente denominados como direitos, as violações mais recorrentes referem-se ao direito a trabalho decente e renda suficiente para vida digna, direito à saúde, educação, assistência social, à alimentação e ao lazer.** É curioso observar que a alimentação aparece apenas quando mencionada explicitamente pelas pesquisadoras, o que pode relacionar-se à sua invisibilidade enquanto direito.

O reconhecimento não apenas da alimentação como direito, mas também dos meios para exigir sua realização por parte do Estado mostra-se fundamental para que as comunidades participantes deste diagnóstico, ao se reconhecerem titulares de direitos, consigam garanti-los para si e suas famílias com dignidade.

Nos dois territórios, quando indagadas sobre o que era preciso para garantir ali-

mentação adequada, a primeira resposta sempre convergia para dinheiro e sempre junto com o trabalho, o que explicita a invisibilidade prática entre os direitos humanos e o descumprimento desse princípio. Outra demonstração de violação da indivisibilidade era a menção frequente de precisar escolher entre pagar contas ou comprar alimentos, em razão da renda insuficiente.

As dimensões de gênero e raça foram evidenciadas nas atividades e falas das mulheres, desde a presença predominante de mulheres negras nesses espaços de vulnerabilidade econômica e social e de construção de saídas coletivas e de solidariedade até os relatos explícitos de racismo e sobrecarga de trabalho, incluindo condições precárias e trabalhos de cuidado não remunerados. **A interseccionalidade é dimensão central para compreender a realidade do Dhana no Sol Nascente.**

O convite para participação nas atividades foi direcionado às pessoas responsáveis pela alimentação em seu domicílio, e a presença foi predominantemente de mulheres, sendo também elas que organizam as frentes de luta e solidariedade nos territórios. O trabalho de cuidado alimentar doméstico, mas também comunitário, é realizado em grande parte pelas mulheres, com exceção de um dos pesquisadores da comunidade, liderança da EcoSol no Trecho 3, que organiza o recebimento e a distribuição de alimentos doados pelo projeto Mesa Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O **DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO** realizado no Sol Nascente evidencia que a insegurança alimentar e nutricional (InSAN) enfrentada pelas famílias do território está profundamente relacionada a outras violações de direitos humanos, como a precarização do trabalho, a insuficiência de renda, as dificuldades de acesso a políticas públicas e a ausência de infraestrutura adequada. Os relatos das mulheres participantes indicam que o acesso à alimentação depende, em grande medida, da renda disponível e da disponibilidade irregular de programas sociais, o que leva muitas famílias a enfrentarem escolhas difíceis entre adquirir alimentos ou pagar despesas básicas. Essa realidade demonstra que o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana) ainda não está plenamente garantido no território. Ao mesmo tempo, o processo revelou a força das iniciativas comunitárias que buscam enfrentar coletivamente os impactos da insegurança alimentar. Hortas comunitárias, cozinhas solidárias e redes de economia solidária e apoio entre moradores demonstram a capacidade de organização e solidariedade presente na comunidade.

Entretanto, essas iniciativas não podem substituir a responsabilidade do Estado na garantia de respeitar, proteger, prover e promover direitos. A efetivação do Dhana exige políticas públicas estruturais, articuladas e territorializadas, que considerem as especificidades das periferias urbanas e assegurem acesso digno a alimentação, trabalho, renda e serviços públicos. A superação da InSAN no território exige também o reconhecimento da centralidade das mulheres e das organizações comunitárias na construção de soluções locais, bem como o compromisso efetivo do Estado com políticas públicas que assegurem trabalho digno, renda adequada, acesso a alimentos saudáveis e participação social na formulação e no monitoramento das políticas de segurança alimentar e nutricional.

Para a FIAN Brasil, este diagnóstico representa um instrumento fundamental para subsidiar incidências políticas e o monitoramento do direito à alimentação. A partir dele, torna-se possível visibilizar e fortalecer estratégias de acompanhamento territorial, apoiar processos de organização comunitária e dialogar com o poder público para exigir medidas concretas para a garantia do Dhana.

RECOMENDAÇÕES AO PODER PÚBLICO

O **DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO** identificou um conjunto de violações estruturais de direitos, incluindo o de se alimentar adequadamente, precarização do trabalho, acesso limitado a equipamentos públicos, irregularidades em serviços socioassistenciais, dificuldades de acesso à educação e problemas de saneamento e infraestrutura urbana. Foram relatadas situações como atrasos em programas de transferência de renda, denúncias de corrupção em equipamentos públicos, cobrança indevida de serviços de

saneamento, ausência de escolas e dificuldades de acesso a alimentos saudáveis, entre outros problemas estruturais.

Diante desse cenário, as recomendações a seguir foram construídas a partir das demandas expressas pelas mulheres participantes do diagnóstico participativo e dialogam com as violações de direitos identificadas no diagnóstico. Apresentamos, assim, as seguintes recomendações aos diferentes níveis e poderes do Estado.

AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF)

À SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO (SEGOV)

- 1.** Garantir a implementação efetiva do IV Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional (PDSAN), assegurando recursos orçamentários, metas territoriais e mecanismos de monitoramento que contemplem territórios em situação de maior vulnerabilidade social, como o Sol Nascente.
- 2.** Fortalecer a governança do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no DF, assegurando a atuação articulada entre as secretarias responsáveis pela execução das políticas previstas no PDSAN, por meio da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan).
- 3.** Priorizar, na execução do PDSAN e de outras políticas sociais, territórios com elevados índices de insegurança alimentar, incluindo o Sol Nascente.
- 4.** Garantir transparência e prestação pública de contas e orçamento sobre a execução das políticas de segurança alimentar e nutricional no Distrito Federal.

À SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEDES)

- 1.** Apurar denúncias relacionadas a irregularidades no atendimento em unidades do Cras, garantindo transparência e equidade no acesso aos serviços socioassistenciais.
- 2.** Fortalecer a presença territorial da política de assistência social no Sol Nascente, ampliando equipes, atendimento e capacidade de acompanhamento das famílias.
- 3.** Garantir regularidade e transparência na gestão de programas de transferência de renda, incluindo o Programa Prato Cheio.
- 4.** Desenvolver estratégias que reduzam barreiras digitais no acesso a benefícios sociais, ampliando atendimento presencial e orientação à população.
- 5.** Apoiar iniciativas territoriais de alimentação coletiva, como cozinhas comunitárias e redes solidárias de alimentação.

À SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SEE)

1. Ampliar a oferta de ensino fundamental 2 e ensino médio no território do Sol Nascente, garantindo acesso à educação próxima à residência dos estudantes.
2. Expandir a oferta de educação de jovens e adultos (EJA) para pessoas que não tiveram acesso à escolarização na idade adequada.
3. Ampliar vagas em creches e educação infantil, de forma a apoiar especialmente mulheres responsáveis pelo cuidado de crianças, garantindo acesso à educação próxima à residência das famílias.

À SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA (SEDET)

1. Ampliar políticas de inserção produtiva e qualificação profissional para moradores do Sol Nascente.
2. Implantar ou fortalecer equipamentos públicos de intermediação de emprego, como agências do trabalhador, no território.
3. Desenvolver políticas de apoio à economia popular e solidária, incluindo iniciativas comunitárias relacionadas à produção e preparo de alimentos.

À SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL (SEAGRI) E À SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO (SEDUH)

1. Apoiar iniciativas de quintais produtivos, hortas comunitárias e agricultura urbana como estratégia de promoção da segurança alimentar e nutricional.
2. Desenvolver políticas que ampliem o acesso da população a alimentos agroecológicos e saudáveis a preços acessíveis.

À SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE (SEMGB)

1. Ampliar o acesso ao transporte público nas áreas periféricas do Sol Nascente, reduzindo barreiras de mobilidade para acesso ao trabalho, educação e serviços públicos.
2. Aprimorar as políticas de tarifa social ou gratuidade para populações inscritas no CadÚnico ou outro benefício social.

AO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO DISTRITO FEDERAL (CONSEA-DF)

- 1.** Incorporar as violações identificadas neste diagnóstico nas agendas de monitoramento do conselho.
- 2.** Promover diálogo com representantes da comunidade do Sol Nascente para subsidiar recomendações ao Governo do Distrito Federal.
- 3.** Elaborar recomendações institucionais ao GDF para o enfrentamento da insegurança alimentar em territórios periféricos.

À CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL (CLDF)

- 1.** Realizar audiências públicas sobre insegurança alimentar e acesso a direitos no Sol Nascente, com participação da comunidade.
- 2.** Fortalecer a fiscalização das políticas públicas distritais relacionadas a segurança alimentar, assistência social, educação e trabalho.
- 3.** Destinar emendas parlamentares para iniciativas comunitárias de segurança alimentar, como hortas urbanas, cozinhas comunitárias e projetos de geração de renda.
- 4.** Apoiar iniciativas legislativas que fortaleçam o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) no DF.
- 5.** Garantir o funcionamento regular e sustentável do Programa Prato Cheio, incluindo reajustes para recuperação do valor real de compra e indexação do valor do benefício de modo a acompanhar a inflação dos alimentos.

AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (MPDFT)

1. Investigar denúncias relacionadas a irregularidades no acesso a serviços públicos socioassistenciais.
2. Acompanhar situações de violação de direitos relacionadas a acesso à alimentação, serviços públicos e políticas sociais no território.
3. Promover medidas de proteção coletiva voltadas à garantia de direitos sociais da população do Sol Nascente.

À DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (DPDF)

1. Ampliar o acesso da população do Sol Nascente à assistência jurídica gratuita, especialmente em casos relacionados a acesso a políticas públicas e serviços essenciais.
2. Apoiar famílias em situação de vulnerabilidade no acesso a benefícios sociais e direitos básicos.

RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO FEDERAL

À CASA CIVIL

1. Fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), garantindo financiamento e apoio técnico para políticas de segurança alimentar nos territórios.

AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS)

1. Fortalecer políticas nacionais de transferência de renda e segurança alimentar, garantindo sua continuidade e adequação às necessidades das populações em situação de vulnerabilidade.

2. Apoiar iniciativas territoriais de promoção da segurança alimentar em periferias urbanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, L. C. O valor da reprodução social: lendo a pandemia a partir do trabalho das mulheres. **Contemporânea**, v. 11, n. 3, 2021. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1081/482>. Acesso em: 29 out. 2025.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SOL NASCENTE. **Conheça a RA**. Disponível em: <https://solnascente.df.gov.br/conheca-a-ra>. Acesso em: 29 out. 2025.

ALVES, L. C. Projeto institui programa para distribuição de pão e leite a famílias com insegurança alimentar, **Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF)**, Brasília, 22 abr. 2025. Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/projeto-institui-programa-para-distribuicao-de-pao-e-leite-a-familias-com-inseguranca-alimentar> Acesso em: 21 jan. 2026.

AZEVEDO, F. M. C. **Racismo ambiental: “O que eu tenho a ver com isso?” diagnóstico do viés digital no caso Sol Nascente x Lago Sul através do Twitter**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/20708>. Acesso em: 31 jan. 2026.

BAFUTTO, C. E. GDF ultrapassa marca de meio milhão de cestas verdes entregues a pessoas em situação de vulnerabilidade social. **Agência Brasília**, Brasília, 13 ago. 2023. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/w/gdf-ultrapassa-marca-de-meio-milhao-de-cestas-verdes-entregues-a-pessoas-em-situacao-de-vulnerabilidade-social>. Acesso em: 22 jan. 2026.

BARBOSA, F. G. D. *et al.* Paisagismo em áreas informais: A importância de redes de unidades de conservação no Sol Nascente, DF. In: Encontro Latino-americano e Europeu sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis (euroELECS), 6., 2025. **Anais [...]**. [S. l.], 2025. p. 1–10. DOI: 10.46421/euroelecs.v6.8033. Disponível em: <https://eventos.antac.org.br/index.php/euroelecs/article/view/8033>. Acesso em: 30 jan. 2026.

BCHARA, C. Na miséria. GDF suspende pão, reduz leite destinado a creches e ONGs e não paga há dois meses benefício a famílias carentes. **Metrópoles**, Brasília, 25 jan. 2016. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/na-miseria-gdf-suspende-pao-reduz-leite-destinado-a-creches-e-ongs-e-nao-paga-ha-dois-meses-beneficio-a-familias-carentes>. Acesso em: 21 jan. 2026.

CAIXETA, F. Sol Nascente: erosão ameaça engolir casas e moradores pedem ajuda. **Metrópoles**, Brasília, 9 jan. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/sol-nascente-erosao-ameaca-engolir-casas-e-moradores-pedem-ajuda>. Acesso em: 28 out. 2025.

CARONE, C. Polícia investiga bando que vende vaga na fila do CRAS-DF por R\$ 100. **Metrópoles**, Brasília, Coluna Na Mira, 18 ago. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/na-mira/policia-investiga-bando-que-vende-vaga-na-fila-do-cras-df-por-r-100>. Acesso em: 29 out. 2025.

CARVALHO, J. K. S. *et al.* Saúde da mulher: motivos de atendimento no serviço de urgência obstétrica às gestantes residentes nas áreas de atuação das equipes Estratégia Saúde da Família do Setor Habitacional Sol Nascente, Ceilândia – DF, 2014–2015. **Revista de Medicina e Saúde de Brasília**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 64-75, 2020. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rmsbr/article/view/11551>. Acesso em: 21 jan. 2026.

CENTER FOR PARTICIPATORY RESEARCH (CPR). **Community-Based Participatory Research (CBPR) Model**. Disponível em: <https://www.cpr.unm.edu/research/CBPR-model.html>. Acesso em: 29 out. 2025.

CONTROLADORIA-GERAL do DF identifica falhas nas políticas de alimentação do governo. **Portal G1 Distrito Federal**, Brasília, 28 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/04/28/controladoria-geral-do-df-identifica-falhas-nas-politicas-de-alimentacao-do-governo.ghtml>. Acesso em: 22 jan. 2026.

FERREIRA, Y. A. *et al.* Emergência climática, diagnóstico participativo para aplicação de soluções baseadas na natureza em assentamentos informais: O caso do Sol Nascente - DF. In: Encontro Latino-americano e Europeu sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis (euroELECS), 6., 2025. **Anais [...]**. [S. l.], 2025. p. 1–11. DOI: 10.46421/euroelecs.v6.7954. Disponível em: <https://eventos.antac.org.br/index.php/euroelecs/article/view/7954>. Acesso em: 30 jan. 2026.

GOVERNO DISTRITO FEDERAL (GDF). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. **Programas de Provimento Alimentar Direto**: Programa Cartão Prato Cheio. Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/programas-de-provimento-alimentardireto>. Acesso em: 29 out. 2025.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. **Segunda etapa de migração de beneficiários dos Programas Nosso Pão, Nosso Leite e Cesta Verde**. Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/w/segunda-etapa-de-migracao-de-beneficiarios-dos-programas-nosso-pao-nosso-leite-e-cesta-verde> Acesso em: 21 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Matérias especiais**. Censo 2022: 16.390.815 pessoas moravam em favelas e comunidades urbanas, 2024. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/22539-censo-2022-16-390-815-pessoas-moravam-em-favelas-e-comunidades-urbanas.html> Acesso em 22 abr 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL (IPEDF). **Pesquisa distrital por amostra de domicílios: Sol Nascente/Pôr do Sol**. Brasília: Instituto de Pesquisa do Distrito Federal, 2021. Disponível em: https://ipe.df.gov.br/documents/9915964/10216206/Sol-Nascente_e_Por-do-Sol-2021.pdf. Acesso em: 27 out. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL (IPEDF). **Segurança alimentar no Distrito Federal: um panorama sociodemográfico**. Brasília: Instituto de Pesquisa do Distrito Federal, 2023. Disponível em: <https://ipe.df.gov.br/documents/d/ipedf/estudo-retratos-sociais-df-2021-seguranca-alimentar-no-distrito-federal-um-panorama-sociodemografico-p-df-2>. Acesso em: 29 out. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL (IPEDF). **Diagnóstico sobre novos restaurantes comunitários no Distrito Federal**. Brasília: Instituto de Pesquisa do Distrito Federal, 2025. Disponível em: www.ipe.df.gov.br/documents/d/ipedf/relatorio_diagnostico-sobre-novos-restaurantes-comunitarios-no-distrito-federal Acesso em: 23 jan. 2026.

MADRUGA, S. W.; MACHADO, B. O. B.; OLIVEIRA, A. R. de. Who are the Solidarity Kitchen users? Study on inequalities to ensure food and nutritional security based on the experience of Sol Nascente community – Distrito Federal, Brazil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 37, e230112, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-9865202437e230112>. Acesso em: DATA.

MOREIRA, J. R.; PERRINI, P.; RIBEIRO, J. B. P. Mães Trabalhadoras do Sol Nascente: impressões sobre a relação entre maternidade, trabalho e políticas públicas. **Projeção, Direito e Sociedade**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 26–52, 2016. Disponível em: <https://projecaociencia.com.br/index.php/Projecao2/article/view/729>. Acesso em: 31 jan. 2026.

NASCIMENTO, D. R.; IOP, E.; FERREIRA, A. S. Promotion of culture in the marginal city: human development in the Sol Nascente community (DF). **Technology Science**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 1–11, 2021. DOI: 10.6008/CBPC2674-6425.2021.001.0001. Disponível em: <https://www.sapientiae.com.br/index.php/technologysciences/article/view/CBPC2674-6425.2021.001.0001>. Acesso em: 31 jan. 2026.

PAIVA, J. B.; MAGALHÃES, L. M.; SANTOS, S. M. C.; SANTOS, L. A. S.; TRAD, L. A. B. A confluência entre o “adequado” e o “saudável”: análise da instituição da noção de alimentação adequada e saudável nas políticas públicas do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 8, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00250318>.

PEDROSA, R. Viração: direitos trabalhistas em xeque. **BLOG FCA – PUC Minas**. Belo Horizonte, 6 jun. 2022. Disponível em: <https://blogfca.puc-minas.br/colab/viracao/>. Acesso em: 25 out. 2025.

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (PCDF). **DRCC deflagra operação e prende mulher por venda ilegal de agendamentos do CRAS**. Brasília: Polícia Civil do Distrito Federal, 2024. Disponível em: <https://www.pcdf.df.gov.br/noticias/13423/drcc-deflagra-operacao-e-prende-mulher-por-venda-ilegal-de-agendamentos-do-cras>. Acesso em: 22 out. 2025.

QUASE 11 mil famílias recebem irregularmente pão e leite de programa do GDF. **Correio Braziliense**, Brasília, 11 set. 2011. Caderno Cidades. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/09/11/interna_cidadesdf,269314/quase-11-mil-familias-recebem-irregularmente-pao-e-leite-de-programa-do-gdf.shtml Acesso em: 21 jan. 2026.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEDES). **Restaurantes Comunitários**. Brasília: Secretaria de Desenvolvimento Social, 2025. Disponível: <https://www.sedes.df.gov.br/w/restaurantes-comunitarios-3> Acesso em: 23 jan. 2026.

SILVA, L. *et al.* Análise da vulnerabilidade social na região administrativa sol nascente/pôr do sol baseada em dados do índice de vulnerabilidade social do distrito federal no ano de 2018. **Revista Análise Econômica e Políticas Públicas - RAEPP**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 55–76, 2022. Disponível em: <https://homologacaoperiodicos.apps.uern.br/index.php/RAEPP/article/view/3810>. Acesso em: 30 jan. 2026.



SOBRE A FIAN BRASIL

Somos uma entidade que está completando 25 anos, sediada em Brasília e filiada à FIAN Internacional. Nossa rede, presente em mais de 50 países, é reconhecida por sua atuação voltada ao direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana).

Defendemos a autonomia dos povos, a soberania alimentar, a importância da cultura e dos modos de vida, a sustentabilidade, a justiça social e a democracia.

Nossa organização é aberta a todas as pessoas, sem fins lucrativos, apartidária e sem vínculo religioso.

Nosso trabalho está fundamentado na convicção de que **a alimentação é um direito humano, e não uma mercadoria.**

DHANA: DIREITO DE TODAS AS PESSOAS

Comer bem é um direito humano. O Dhana começa na sua dimensão mais básica e urgente, o direito de estar livre da fome, e vai muito além disso.

Ele só se realiza quando todas as pessoas têm acesso, de forma contínua, a uma comida que nutre o corpo, respeita a cultura, fortalece a sociedade e cuida da natureza.



COMO ATUAMOS

Trabalhamos para garantir que o direito à alimentação saia do papel e vire prática. Pressionamos o poder público com base em leis, dados e saberes diversos. Escrevemos notas, ofícios e petições, e participamos de espaços estratégicos de decisão.

Também estamos lado a lado com comunidades urbanas e rurais que enfrentam pressões – indígenas, quilombolas, ribeirinhas, camponesas e periféricas –, mulheres e juventudes, oferecendo apoio contínuo e fortalecendo sua autonomia.

Reconhecemos o papel central das lutas sociais na transformação da realidade. Para isso, desenvolvemos ações de:



Monitoramento e denúncias de violações de direitos, especialmente de populações em situação de vulnerabilidade



Formação e produção de conhecimento, partindo de casos locais para temas e impactos regionais e nacionais



Incidência política e jurídica, com foco na participação social e na exigibilidade de direitos, defendendo leis e políticas públicas que promovam o Dhana

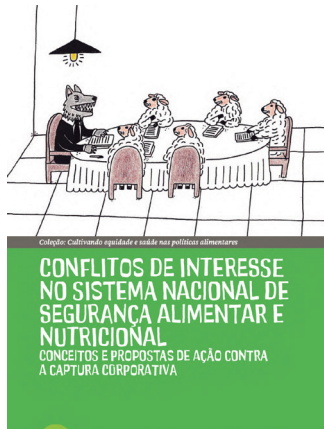
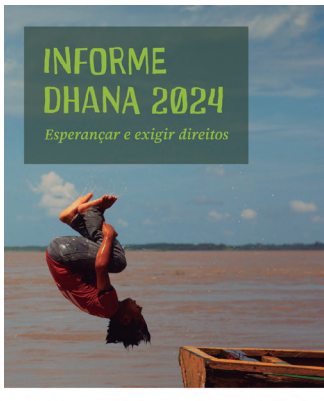
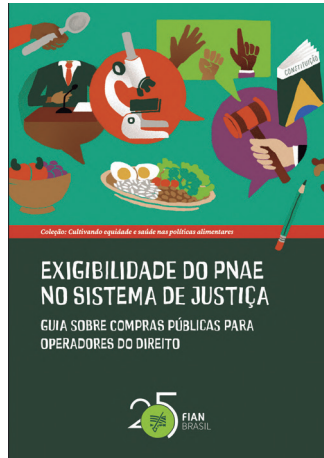
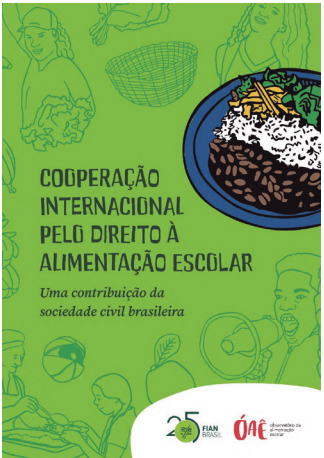
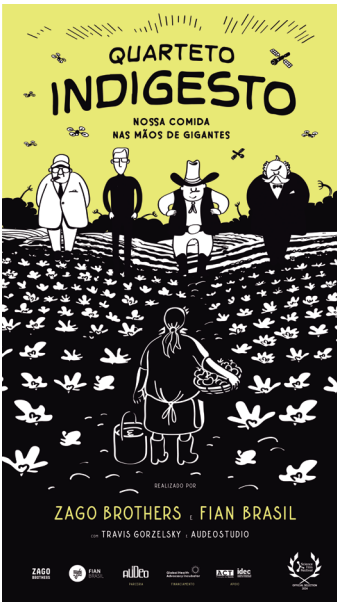
Acompanhe, compartilhe, contribua: sua participação fortalece este trabalho coletivo!

 @fianbrasil

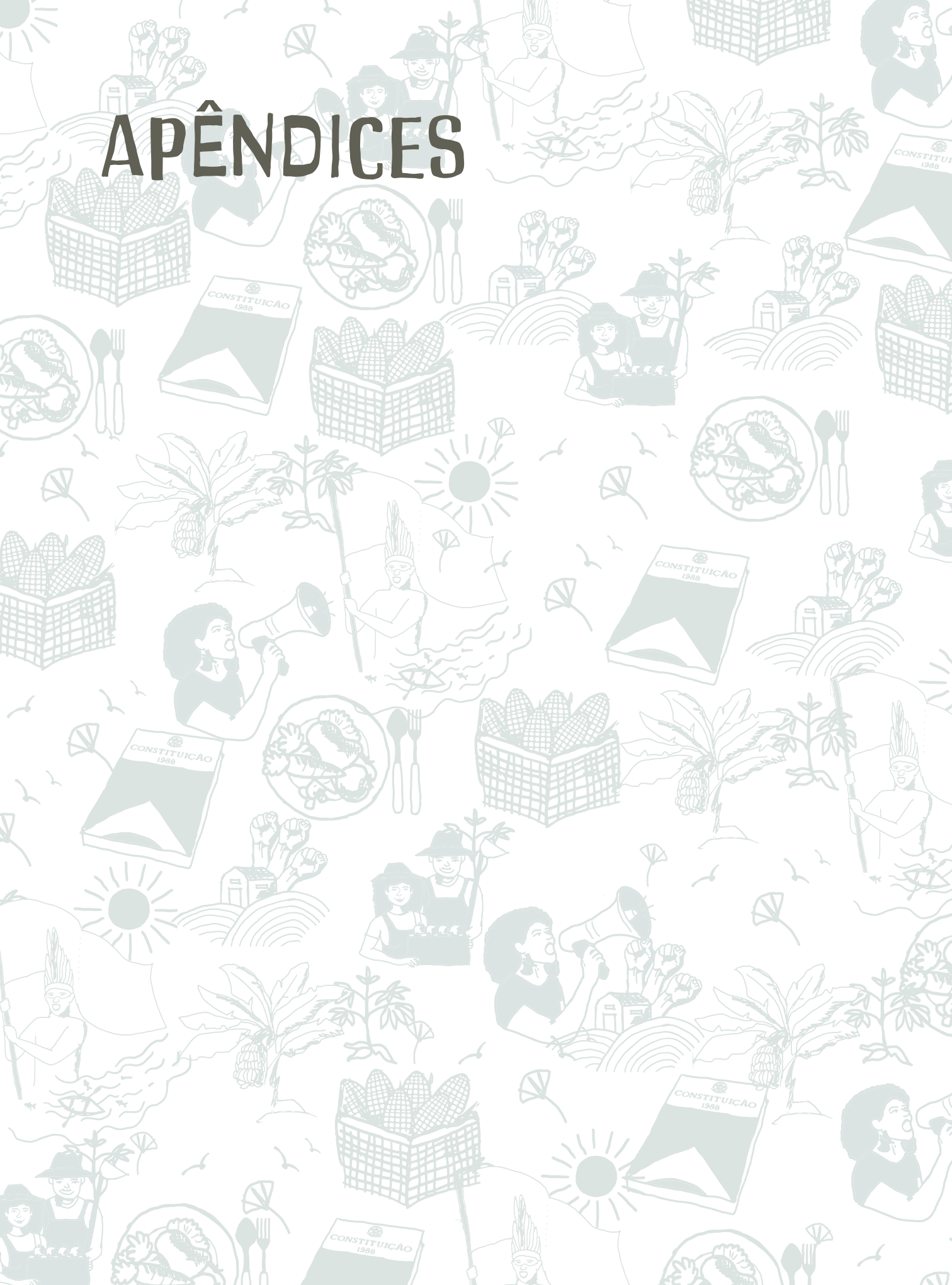
 youtube.com/fianbrasil

 @FIANnoBrasil

 fianbrasil.org.br



APÊNDICES



OFICINA DE FORMAÇÃO 1 - SAN/DHANA

Objetivo geral

Formar a equipe de pesquisadores e pesquisadoras em SAN.

Objetivos específicos

1. Apresentar o Coletivo MultiplicaSSAN e sua atuação no campo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN);
2. Contextualizar o projeto de pesquisa “Como anda a nossa alimentação?” e seu caráter participativo;
3. Introduzir os conceitos e dimensões da SAN.

Temas

Segurança alimentar e nutricional; educação popular.

Participantes

Pesquisadores do MultiplicaSSAN, apoiadoras do território Sol Nascente/Pôr do Sol e convidadas(os) da FIAN Brasil. Responsáveis pela mediação: coordenação e equipe local.

Data

13/09/2025

Local

Polo de Extensão da UnB – Ceilândia

Duração

Oficina de meio período (manhã)

Metodologia

A oficina foi conduzida com base em princípios da educação popular, valorizando saberes locais, vivências das participantes e construção coletiva do conhecimento. Foram utilizadas dinâmicas participativas como rodas de conversa, mandala de palavras, estudo de caso e apresentação dialogada.

Plano da oficina

Atividades	Objetivos	Perguntas orientadoras/ instrumento	Materiais
Café da manhã de acolhimento Ambientação com música	-	-	-
Apresentação dos participantes	<ul style="list-style-type: none"> Rodada de apresentações: nome, território e coletivo/ organização do qual faz parte e a resposta para a carta que tirou 	<ul style="list-style-type: none"> Jogo Alimentrix 	<ul style="list-style-type: none"> Jogo de cartas
Apresentação do MultiplicaçãoSSAN e do cronograma do dia Roda de conversa breve (mencionar a Educação Popular)	<ul style="list-style-type: none"> Alinhar expectativas, explicar os objetivos e as etapas da oficina 	-	<ul style="list-style-type: none"> Papel <i>kraft</i> ou cartolina
Entendendo a pesquisa: o que é o diagnóstico participativo? Apresentação dialogada + debate	<ul style="list-style-type: none"> Apresentar o objetivo da pesquisa, os princípios da metodologia participativa e o papel das participantes 	<ul style="list-style-type: none"> Pra que serve um diagnóstico? O que é um diagnóstico participativo? 	<ul style="list-style-type: none"> Cartaz ou slide com o esquema da pesquisa Glossário visual com conceitos-chave
Dinâmica: Entendendo o conceito de SAN Tarjetas com palavras e mandala coletiva	<ul style="list-style-type: none"> Explorar percepções e vivências sobre SAN Identificar repertórios prévios e dialogar sobre as dimensões ausentes 	<ul style="list-style-type: none"> O que vem à mente quando falamos em SAN? 	<ul style="list-style-type: none"> Tarjetas (mínimo de 3 por pessoa) Canetinhas coloridas Mandala central
Histórico da visão de SAN no Brasil Apresentação dialogada + referências e conceitos	<ul style="list-style-type: none"> Contextualizar o conceito de SAN/Dhana e seus marcos políticos Estimular percepções pessoais 	<ul style="list-style-type: none"> Hoje em dia, quais políticas e programas ajudam a melhorar a alimentação de vocês? 	<ul style="list-style-type: none"> Slides ou cartaz de apoio Falás referenciais
Breve avaliação do encontro Encaminhamentos e próximos passos	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o encontro Pactuar a data do 2º encontro de formação 	-	<ul style="list-style-type: none"> Proposta de data para o próximo encontro

OFICINA DE FORMAÇÃO E VALIDAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Objetivo geral

Formar a equipe de pesquisadores e pesquisadoras em SAN.

Objetivos específicos

- 1.** Estreitar vínculos entre equipe de campo;
- 2.** Compartilhar sobre os momentos e instrumentos de pesquisa e discuti-los coletivamente;
- 3.** Preparar intervenções em campo.

Temas

Segurança alimentar e nutricional; Educação Popular.

Participantes

Pesquisadores do MultiplicaSSAN, apoiadoras do território Sol Nascente/Pôr do Sol e convidadas(os) da FIAN Brasil. Responsáveis pela mediação: coordenação e equipe local.

Data

20/09/2025

Local

Polo de Extensão da UnB – Ceilândia

Duração

Oficina de meio período (manhã ou tarde)

Metodologia

Rio da Vida; roda de conversa

Plano da oficina

Atividades	Objetivos	Perguntas orientadoras/ instrumento	Materiais
Café da manhã de acolhimento Ambientação com música	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um ambiente receptivo e afetivo; promover o encontro e o vínculo inicial. 	-	<ul style="list-style-type: none"> • Café da manhã • Caixa de som • Celular com músicas previamente selecionadas
Momento de Apresentação	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar o objetivo do encontro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Se a gente precisasse contar para quem não veio na semana passada como foi a oficina, como contaria? • Retomar/reforçar o que faremos na pesquisa e com os resultados da pesquisa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cartolinas
Rio da Vida	<ul style="list-style-type: none"> • Estreitar vínculos e conhecer a história das pesquisadoras com o tema (reforçar territorialidade e sua importância no trabalho) 	<ul style="list-style-type: none"> • Recorte em saúde, alimentação, trabalho e território. • Apresentar as fases e momentos de um rio, e seus elementos • Pensando nisso, o rio começa com a sua chegada no DF e vai até os dias de hoje. • Como era a sua alimentação quando você chegou? O que foi mudando até ser como é hoje? O que melhorou, piorou ou mudou? 	<ul style="list-style-type: none"> • Cartazes ou rolo de papel <i>kraft</i> • Canetinhas • Lápis de cor • Revistas • Tesouras • Cola • Papel sulfite
Compartilhamento das impressões sobre o Rio da Vida	-	<ul style="list-style-type: none"> • Olhando para o que cada pessoa registrou, o que facilitou e o que dificultou ter uma alimentação saudável? 	-

Atividades	Objetivos	Perguntas orientadoras/ instrumento	Materiais
Como vai ser o trabalho de campo?	<ul style="list-style-type: none"> • Compartilhar o cronograma e o prazo final da pesquisa. <i>Atividades Trecho 3</i> <ul style="list-style-type: none"> - Rio da Vida - Mapa das parcerias <i>Atividades Trecho 2</i> <ul style="list-style-type: none"> - Círculo de cultura <i>Encontro final Trechos 2 e 3: somando as forças</i> <ul style="list-style-type: none"> - Compartilhar o que foi debatido em cada grupo - Como o governo pode diminuir as barreiras para essa alimentação saudável no Sol Nascente? - Como podemos nos organizar para cobrar? 	<ul style="list-style-type: none"> • Qual o papel das e dos pesquisadores nesses diferentes momentos? • Retomar o papel da educação popular também na pesquisa. • Facilitar os momentos, chamar e mobilizar o povo. • Apoiar as análises. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cronograma impresso com as atividades da pesquisa • Cartaz grande com o cronograma do trabalho de campo
Combinando o jogo	Definir melhores datas para os encontros.	-	-

ROTEIRO DO GRUPO SOBRE AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS

Violação, neste contexto, é quando um direito que deveria ser garantido pelo Estado, na prática, obriga as pessoas a viver na linha da sobrevivência, a aceitar favores, humilhações ou escolhas impossíveis para acessar o básico para uma vida digna.

1. Direito humano à alimentação adequada

- A comida aparece como necessidade, e não como direito (“é a que tem”, “qualquer uma”);
- Falta de escolha, prazer e respeito à cultura alimentar;
- Relatos de humilhação e clientelismo no acesso a doações;
- Escolha frequente entre pagar contas ou comprar comida.

2. Direito ao trabalho e à renda

- Renda insuficiente para garantir alimentação adequada e saudável e demais direitos;
- Falta de trabalho vista como a principal causa da dificuldade de acesso à alimentação adequada;
- Trabalho precário, informal ou instável → dependência de “bicos”, doações e programas sociais, impedindo tranquilidade e autonomia.

3. Direito à assistência social

- Dificuldade de acesso a programas como Prato Cheio – atraso na liberação do benefício;
- Falta de informação clara e acompanhamento contínuo;
- Barreiras que afastam as pessoas (acesso a senha de atendimento via intermediador);
- Atendimento percebido como favor, não como direito garantido – relatos e indícios de corrupção no atendimento.

4. Direito à saúde

- Relatos de dificuldade de acesso aos serviços;
- Falta de cuidado preventivo;
- Saúde mental afetada pela fome, insegurança e sobrecarga de trabalho (cansaço, estresse e sofrimento emocional recorrentes).

5. Direito à educação

- Educação de adultos vista como “bênção”, não como direito;
- Falta de acesso a oportunidades de formação continuada;
- Faltam creches e escolas de ensino fundamental 2 e ensino médio (Trecho 3)

6. Participação social e acesso à Justiça

- Baixa expectativa de que o Estado lhes garanta direitos;
- Pouca familiaridade com caminhos formais de reivindicação;
- Reconhecimento coletivo de que “pra tudo tinha que ter audiência pública”;
- A luta aparece como aprendizado sobre direitos.

7. Gênero, etnia e sobrecarga de cuidado

- Predominância de mulheres negras nos territórios e nas ações de solidariedade;
- Responsabilidade quase exclusiva das mulheres pela alimentação da casa;
- Trabalho doméstico e de cuidado não remunerado;
- Racismo estrutural presente nos relatos;
- Mesmo em espaços de luta, o trabalho cotidiano é das mulheres, enquanto o prestígio é masculino.

8. Direito ao lazer e à vida digna

- Lazer quase inexistente na vida cotidiana;
- Vida organizada em torno da sobrevivência;
- Falta de tempo, recursos e espaços seguros;
- Direito ao descanso e ao prazer sistematicamente negado.

Comparativo

Tema	Trecho 2	Trecho 3
Percepção da alimentação	Alimentação reconhecida como necessidade; começa a aparecer como direito quando vinculada à luta coletiva	Alimentação vista quase exclusivamente como sobrevivência; “é o que tem”, sem escolha
Acesso à comida	Presença de uma cozinha solidária organizada no território	Forte dependência de doações e ações pontuais
Humilhação/clientelismo	Menos explícitos, mas ainda presentes em algumas falas	Relatos frequentes de humilhação e relações de favor
Estado e políticas públicas	Estado visto com desconfiança, mas possível de ser acionado	Estado percebido como ausente ou não confiável
Exigibilidade de direitos	Experiências concretas de reivindicação (luta por moradia, Defensoria Pública)	Direitos vistos como distantes; pouca expectativa de garantia
Participação social	Noção mais presente de que direitos se conquistam pela luta	Participação vista como desejável, mas pouco acessível
Trabalho e renda	Trabalho precário e renda insuficiente permanecem centrais	Trabalho e renda aparecem como principal causa da fome
Assistência social	Acesso difícil (senha via intermediador), mas com maior circulação de informação	Grandes barreiras de acesso e sensação de abandono
Gênero e cuidado	Mulheres organizam e sustentam o preparo da comida (eram as principais responsáveis pela Cozinha Solidária)	Mulheres concentram compras, doações e preparo da comida
Raça e desigualdade	Presença marcante de mulheres negras na organização cotidiana	Relatos mais explícitos de racismo e exclusão
Visão sobre direitos	Direitos aprendidos na prática da luta	Direitos vistos como favor, “milagre” ou “bênção”

ROTEIRO DO GRUPO DAS PARCERIAS

Para nós, as parcerias são fundamentais na luta pelos direitos e, neste caso, pelo direito humano à alimentação adequada. São instituições, pessoas, grupos e coletivos que apoiam e realizam ações em prol da melhoria da qualidade de vida das pessoas e das comunidades. No último encontro na EcoSol e durante a pesquisa do ano passado com as mulheres do Trecho 2, acessamos algumas pistas de como as parcerias funcionam.

1. Tipos de parceiros

- Universidades, por meio de projetos de extensão e estágios
- Fiocruz Brasília
- Políticos
- Igrejas
- Institutos (Instituto Carinho)
- Coletivos (Panã e MultiplicaSSAN)
- ONGs (FIAN e Prato Verde Sustentável)
- Movimentos sociais (Juntos e MPA)
- UBS 16, no Trecho 2
- Programas sociais (Mesa Brasil, do Sesc)

2. Atividades desenvolvidas

- Educação de crianças, jovens e adultos
 - Doações
 - Cursos profissionalizantes
- Apoio na manutenção e na criação de hor tas comunitárias
- Elaboração de projetos de moradia digna

3. Entidades representantes do Estado

- Cras (Trechos 2 e 3): relação conflituosa, dificuldades de acessar os benefícios e de realizar agendamentos
 - UBS (posto de saúde)
- Trecho 3: sem vínculo com a EcoSol no território; não desenvolve ações conjuntas
- Trecho 2: desenvolve ações conjuntas, é parceira das lideranças
- Escolas públicas: poucas na região, não foram citadas como parceiras da comunidade
 - Mesa Brasil (Trecho 3): exemplo de projeto e parceria com a entidade, seriedade e confiança entre parceiros

4. Empresas, mercados e feiras

- Feira do Produtor:
Trecho 3: não é vista como parceiro; atrela a doação de alimentos à compra de votos
Trecho 2: já existiu vínculo entre as lideranças e produtores para a doação de alimentos
- Mercados e hipermercados: não há parcerias firmadas entre as entidades e as empresas; houve tentativas pontuais de conseguir alguma doação, porém, sem sucesso

5. Perspectivas para novas parcerias

- Captação de recursos para a sustentabilidade dos projetos e atividades promovidas nos Trecho 2 e 3
- Parceiros que valorizem e reconheçam o trabalho realizado pelas lideranças comunitárias por meio de bolsas e/ou contrapartidas
- Melhoria das relações entre os equipamentos públicos e as entidades da sociedade civil no território, independente das diferenças
- Formação e apoio com incidência política sobre direitos humanos, especialmente o **direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana)**

Apêndice 4. Quadro-síntese dos artigos selecionados na busca da literatura

Autores/as e ano	Link	Título
Moreira; Perrini; Ribeiro (2016)	https://projecaociencia.com.br/index.php/Projecao2/article/view/729/641	Mães trabalhadoras do Sol Nascente: impressões sobre a relação entre maternidade, trabalho e políticas públicas.
Carvalho <i>et al.</i> (2020)	https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rmsbr/article/view/11551	Saúde da mulher: motivos de atendimento no serviço de urgência obstétrica às gestantes residentes nas áreas de atuação das equipes Estratégia Saúde da Família do Setor Habitacional Sol Nascente, Ceilândia – DF, 2014-2015.
Nascimento; Iop; Ferreira (2021)	http://doi.org/10.6008/CBPC2674-6425.2021.001.0001	Promoção da cultura na cidade marginal: desenvolvimento humano na comunidade Sol Nascente (DF).
Silva, Santana da Silva; Dias Rolim (2022)	https://homologacaoperiodicos.apps.uern.br/index.php/RAEPP/article/view/3810	Análise da vulnerabilidade social na região administrativa Sol Nascente/ Pôr do Sol baseada em dados do índice de vulnerabilidade social do Distrito Federal no ano de 2018.

	Palavras-chave	Resumo
	Mulheres; Maternidade; Trabalho; Creche.	<p>Objetivo: analisar impressões de algumas mulheres mães da localidade Sol Nascente que experimentaram situações de desemprego ou precarização do trabalho em decorrência da maternidade, e a relação desse processo com a escassez de políticas de creche na região.</p> <p>Métodos: abordagem qualitativa, pois possibilita a análise subjetiva das declarações das 35 mulheres pesquisadas sobre possíveis conexões entre a maternidade, o trabalho e as políticas públicas voltadas ao atendimento de crianças em idade pré-escolar.</p> <p>Resultados: As declarações das mulheres mães participantes dessa pesquisa referem-se a relatos de experiências de vida que caracterizam uma realidade pouco assistida com relação aos serviços públicos; ressalta-se a importância de ouvir suas impressões sobre as dificuldades e possibilidades de conciliar o exercício da maternidade com o mundo do trabalho.</p>
	Saúde da Mulher; Atenção Primária à Saúde; Gravidez; Atendimento de Urgência.	<p>Objetivo: descrever a procura pelos serviços de urgência pelas gestantes, assim como os seus acompanhamentos pelas equipes Estratégia Saúde da Família (ESF) no Setor Habitacional Sol Nascente (SHSN), Ceilândia- DF, Brasil.</p> <p>Métodos: estudo transversal descritivo, com gestantes residentes na abrangência do Centro de Saúde (CS), nº 08 e na área de atuação das equipes ESF. População identificada por meio do sistema de prontuário eletrônico da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), no período de outubro/2014 a fevereiro/2015.</p> <p>Resultados: do total de gestantes que procuraram o serviço de urgência, os principais motivos foram: infecção do trato urinário 26(65%) e dor em baixo ventre 6 (15%). Do total que procuraram os serviços, 29 (72,5%) tiveram seu problema de saúde solucionado. Conclusão: ainda se evidencia a valorização do nível hospitalar para a solução de problemas de saúde gestacional. Esse ideário precisa ser desconstruído para o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde.</p>
	Desenvolvimento humano; Projeto de arquitetura; Comunidade Sol Nascente; Anteprojeto arquitetônico.	<p>Objetivo: desenvolver um anteprojeto arquitetônico que promova cultura, educação, lazer e esporte orientado por expressões artísticas locais na comunidade de Sol Nascente (DF).</p> <p>Métodos: estudo bibliográfico, aspectos socioeconômicos, dados históricos, dados populacionais, fragilidades regionais, climatologia e geografia além dos estudos de caso investigados em propostas semelhantes localizadas em grandes centros.</p> <p>Resultados: o estudo bibliográfico demonstrou o quanto a implantação de equipamentos públicos, sobretudo os educacionais, em regiões periféricas aprimora o desenvolvimento humano em diversos aspectos, além de levar a periferia mais oportunidades para a população e reduzir as taxas de criminalidade. Por consequência disso, melhorar os índices locais como, educação, renda, saúde e saneamento básico, reduzindo ou eliminando os da pobreza e extrema pobreza, promovendo o exercício da cidadania com garantia do direito à cidade.</p>
	Vulnerabilidade Social; Planejamento Urbano; Sol Nascente; Pôr do Sol.	<p>O artigo teve como objetivo analisar a configuração da vulnerabilidade social na Região Administrativa do Sol Nascente/Pôr do Sol, a partir das quatro dimensões do Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal (IVS-DF), elaborado com base nos dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de 2018. A análise dos indicadores buscou subsidiar a identificação dos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade, além de apresentar um comparativo entre os resultados da RA Sol Nascente/Pôr do Sol, da RA Ceilândia — da qual foi desmembrada — e as médias do Distrito Federal. O estudo também apresenta um breve contexto histórico sobre a formação da região e os impactos da ausência de infraestrutura, com vistas a subsidiar mudanças voltadas ao fortalecimento das ações sociais. Como principal resultado, constatou-se que as regiões mais periféricas ao centro econômico do DF, como o Sol Nascente/Pôr do Sol, concentram os maiores índices de vulnerabilidade social.</p>

Autores/as e ano	Link	Título
Madruga; Machado; Oliveira (2024)	https://doi.org/10.1590/1678-9865202437e230112	Quem são os usuários da Cozinha Solidária? Estudo sobre desigualdades na garantia da segurança alimentar e nutricional a partir da experiência da comunidade do Sol Nascente - Distrito Federal, Brasil.
Ferreira <i>et al.</i> (2025)	https://doi.org/10.46421/euroelecs.v6.7954	Emergência climática, diagnóstico participativo para aplicação de soluções baseadas na natureza em assentamentos informais.
Barbosa <i>et al.</i> (2025)	https://doi.org/10.46421/euroelecs.v6.8033	Paisagismo em áreas informais: a importância de redes de unidades de conservação no Sol Nascente, DF.

Palavras-chave	Resumo
<p>Insegurança alimentar; Organização não governamental; Fatores socioeconômicos; Solidariedade.</p>	<p>O estudo teve como objetivo analisar o perfil demográfico e socioeconômico dos usuários da Cozinha Solidária do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto no Sol Nascente, Distrito Federal. Trata-se de um estudo descritivo transversal, realizado em agosto de 2022, com 83 adultos usuários da cozinha solidária, entrevistados por meio de questionário padronizado. O desfecho foi o Consumo Frequente, definido como “retirar refeições cinco dias por semana”. A amostra foi composta predominantemente por mulheres, pretas e pardas, com idade média de 39,6 anos (DP=14,6), sendo que 42,2% cursaram o ensino médio ou mais e cerca de 65% tinham renda de até um salário-mínimo. A maioria recebia benefício social, 81,9% estava desempregada e 46,3% realizavam até duas refeições diárias. A prevalência de Consumo Frequente foi de 61%. As mulheres apresentaram piores condições socioeconômicas, com menor renda, maior dependência de auxílios, maior desemprego, residiam com mais pessoas e utilizavam mais frequentemente a cozinha solidária, com diferenças estatisticamente significativas. O projeto atende essencialmente mulheres, pretas e com menor renda familiar, corroborando o panorama das desigualdades e iniquidades no acesso à alimentação no país.</p>
<p>Emergência climática; Assentamentos informais; Soluções baseadas na natureza; Sol Nascente.</p>	<p>A crise climática agrava as vulnerabilidades socioambientais em assentamentos informais, como o Sol Nascente, no DF, onde a ausência de infraestrutura e de planejamento urbano intensifica os impactos de eventos climáticos extremos. O artigo tem como objetivo analisar e mapear os riscos enfrentados pela população local e propor o uso de Soluções Baseadas na Natureza (SBN) para fortalecer a resiliência climática do território. A pesquisa inclui a revisão de referências técnicas e de manuais nacionais e internacionais sobre SBN, e adota a metodologia de pesquisa-ação do Grupo Periférico da FAU/UnB, que envolve a participação da comunidade na identificação de vulnerabilidades e na construção de uma proposta. Os resultados evidenciam que a falta de drenagem, saneamento e áreas verdes potencializa riscos geológicos, problemas de saúde e alagamentos. Contudo, iniciativas sociais locais já vêm adotando SBN para mitigar esses efeitos. Conclui-se que a comunidade demonstra abertura para a implementação das SBN, reconhecendo sua importância para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas e aumentar a resiliência a tais mudanças.</p>
<p>Unidades de conservação; Paisagismo; Urbanismo; Sol Nascente, Mapeamento.</p>	<p>O artigo analisa a relação entre urbanização informal e preservação ambiental no Sol Nascente, DF, com foco nas Unidades de Conservação. O crescimento desordenado da região, impulsionado por grilagem e ausência de planejamento urbano, coloca em extinção as áreas de preservação permanente e risco de desastres ambientais para a comunidade. A metodologia usada combina pesquisa teórica, mapeamento digital com QGIS, visitas de campo e entrevistas com lideranças comunitárias, como representantes da Comissão de Defesa do Meio Ambiente de Ceilândia e da ONG Casa da Natureza. Esse processo permitiu identificar áreas verdes degradadas e em potencial para preservação, além de compreender a percepção local sobre a importância ambiental dessas regiões. O estudo propõe soluções baseadas no paisagismo e na participação comunitária para recuperar e preservar as áreas ameaçadas. O artigo reforça que a conservação do meio ambiente urbano exige integração entre políticas públicas, ação comunitária e reconhecimento legal das áreas verdes.</p>

Autores/as e ano	<i>Link</i>	Título
Azevedo (2023) TCC	https://repositorio.ufscar.br/server/api/core/bitstreams/685b0cc9-fa50-42de-b691-8bdf0e339083/content	Racismo ambiental: “o que eu tenho a ver com isso?” diagnóstico do viés digital no caso Sol Nascente X Lago Sul através do Twitter.

	Palavras-chave	Resumo
	Racismo Ambiental; Ciência Política; Comunicação.	<p>O racismo ambiental se configura em uma das maiores preocupações do território nacional atualmente, e vem se estruturando em uma nova concepção que já se manifesta no ambiente virtual. Nesse prisma, a temática de racismo ambiental realizada por meio da Web, acontece na comunicação em rede, onde se observa a forma com que os usuários se conectam, compartilham informações e constroem significados nesse ambiente virtual que contribui para uma visão mais abrangente da comunicação contemporânea. O presente estudo teve como objetivo geral analisar a forma com que o racismo ambiental se expressa no ambiente virtual por meio do Twitter no caso Sol Nascente x Lago Sul na postagem de Raphael Sebba. Para tanto, foi necessário: a) identificar quais conjuntos de posts (conversações) trazem argumentos ligados ao tema de racismo ambiental e quais não trazem; e, por conseguinte, b) indicar quais os argumentos e temas encontrados nas postagens consideradas racistas. Foi utilizada uma abordagem qualitativa com análise de conteúdo na rede social Twitter. Foram analisados 43 conversações e 913 comentários ligados a esse tema. Os dados coletados foram submetidos à análise de dados através do software MAXQDA. A análise dos dados obtidos constatou que dos 913 comentários analisados, 27,8% foram considerados racistas, com interligação do tema racismo ambiental. Considera-se que os resultados obtidos sejam úteis para compreensão do tema, que ainda é pouco compreendido pela sociedade, além de viabilizar a provocação para que ocorra novas pesquisas em torno da temática racismo ambiental na internet.</p>







Este **diagnóstico participativo** deu continuidade à parceria entre a FIAN Brasil, o coletivo MultiplicaSSAN e grupos do Sol Nascente, setor habitacional que, ao lado do Pôr do Sol, forma a 32ª Região Administrativa (RA) do Distrito Federal.

Segundo as estatísticas oficiais, a RA somava 93.217 moradores/as em 2022, a maioria mulheres, com 67,9% autodeclaradas negras/os. A **insegurança alimentar** atingia metade dos lares.

Trata-se de um território no qual diversas **vulnerabilidades** se sobrepõem, e em que as **estratégias comunitárias** e o **protagonismo das mulheres** se mostram centrais na sobrevivência cotidiana.

Novamente, os conceitos e práticas freirianos permearam este trabalho, do tipo qualitativo-exploratório, com abordagem de **pesquisa participativa baseada na comunidade (PPBC)**.

E, mais uma vez, tivemos como referencial o **direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana)**. Partindo da dimensão básica e emergencial de estar livre da fome, e sua realização progressiva visa ao acesso universal e permanente a alimentos seguros, em quantidade suficiente, nutritivos e produzidos e acessados de maneira sustentável e condizente com a dignidade humana.

Esta força-tarefa buscou identificar as **violações de direitos** vivenciadas e dar suporte à incidência para **transformar essa realidade**.

FIANBRASIL.ORG.BR

APOIO INSTITUCIONAL

Brot
für die Welt

misereor
AÇÃO COMUM JUSTA GLOBAL

Global Health
Advocacy Incubator

